

RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADO
1º SEMESTRE 2016

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

Av. Álvares Cabral, n.º 41 - 1269-276 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503024856
Capital Social: 50.000.000 €

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), da GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A. (adiante designada também por GNB Seguros Vida ou Companhia) relativos ao 1º semestre de 2016.

Índice

1. Relatório de Gestão Consolidado

1.1 Principais indicadores da atividade

1.2 Órgãos Sociais

1.3 Enquadramento económico

1.3.1 Breve enquadramento macroeconómico

1.3.2 Breve enquadramento do setor Segurador

1.4 A Atividade Consolidada da GNB Seguros Vida

1.5 Declaração a que se refere a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

2. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo Integrante

2.1 Conta de ganhos e perdas

2.2 Demonstração do Rendimento Integral

2.3 Demonstração da posição financeira

2.4 Demonstração das variações do Capital Próprio

2.5 Demonstração dos fluxos de caixa

2.6 Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Relatório de Gestão Consolidado

1.1 - Principais Indicadores de Atividade

(em milhões de euros)

Variáveis de Balanço	Junho 16	Dezembro 15	Var.
Ativo	5.766,4	6.236,1	-7,5%
Liquidez, Investimentos e Outros Tangíveis	5.661,5	6.091,9	-7,1%
Provisões Técnicas de Seguro Direto	1.370,8	1.344,2	2,0%
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3.630,7	3.954,9	-8,2%
Capital Próprio e Interesses Minoritários	443,1	488,0	-9,2%
Variáveis de Ganhos e Perdas (+ Proveitos / - Custos)	Junho 16	Junho 15	Var.
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-96,1	-146,0	34,2%
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	0,9	-1,0	184,2%
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	66,2	116,0	-42,9%
Participação nos resultados, líquida de resseguro	-0,2	-2,3	89,9%
Custos e gastos de exploração líquidos	-13,9	-12,6	-10,7%
Atividade Financeira Líquida	-32,6	135,3	-124,1%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	55,8	78,1	-28,6%
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	-52,1	25,7	-303,1%
Perdas de Imparidade	-30,1	-2,9	-951,9%
Diferenças de Câmbio	-6,0	34,4	-117,6%
Resultado Líquido do exercício	-49,5	84,3	-158,7%
Produção Total	Junho 16	Junho 15	Var.
Portugal	85,9	238,3	-64,0%
Contratos de seguros	44,6	42,0	6,2%
Contratos de investimento	41,3	196,3	-79,0%
Espanha	0,1	1,0	-92,4%
Contratos de seguros	0,1	1,0	-92,4%
Contratos de investimento	0,0	0,0	0,0%
Nº de colaboradores (quadro permanente)	73	81	-9,9%

1.2 - Órgãos Sociais

A 30 de Junho de 2016, a composição dos Órgãos Sociais da GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A. (GNB Seguros Vida) é a seguinte:

Conselho de Administração

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos (Presidente)
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David (Vogal)
José António Rodrigues Nunes Coelho (Vogal)

Mesa da Assembleia Geral

Nuno Robalo De Almeida de Sousa Moniz
(Presidente)

Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho
(Secretário)

Conselho Fiscal

José Maria Ribeiro da Cunha (Presidente)
António Joaquim Andrade Gonçalves (Vogal efetivo)
Joaquim Manuel da Silva Neves (Vogal efetivo)
Paulo Ribeiro da Silva (Vogal suplente)

Revisores Oficiais de Contas

Revisor Oficial de Contas Efetivo:
PricewaterhouseCoopers, Lda., S.A. representada
por Carlos Manuel Sim Sim Maia ou José Manuel
Henriques Bernardo.

Revisor Oficial de Contas Suplente: Carlos José
Figueiredo Rodrigues (Revisor Oficial de Contas).

1.3 - Enquadramento económico

1.3.1 - Breve enquadramento macroeconómico

O 1º semestre de 2016 ficou marcado por uma elevada volatilidade nos mercados financeiros e por uma moderação das expectativas de crescimento global. Nos primeiros meses do ano, a instabilidade nos mercados resultou, sobretudo, da descida acentuada do preço do petróleo e de preocupações com a desaceleração da economia da China. O preço do Brent desceu de USD 37/barril para um mínimo próximo de USD 26/barril (ainda em Janeiro), com uma perceção de excesso de oferta no mercado e com uma moderação das perspetivas para a atividade económica global. No caso da China, o crescimento do PIB desacelerou, no 1º trimestre, de 1,5% para 1,2% QoQ, ou de 6,8% para 6,7% YoY (o registo mais baixo desde o 1º trimestre de 2009), refletindo os esforços das autoridades no sentido de alterar o padrão de crescimento da economia, desincentivando o crédito e o investimento e procurando uma expansão do PIB mais moderada, mas mais sustentada. A instabilidade no mercado foi também alimentada pela rápida desvalorização do renminbi no início do ano (que chegou a perto de 1,7% face ao dólar no início de Janeiro).

A queda do preço do petróleo e a desvalorização do renminbi alimentaram receios de pressões deflacionistas globais, com potenciais impactos negativos no crescimento económico e na estabilidade dos mercados emergentes mais vulneráveis. Por seu lado, o recuo do preço do crude gerou receios de um aumento de defaults por parte de empresas do sector extrativo (sobretudo nos Estados Unidos), refletidos num alargamento dos spreads de crédito high yield, com potencial de contágio a outros sectores da economia.

Estes receios atenuaram-se no decorrer do 1º semestre, aliviando a aversão ao risco nos mercados financeiros. O preço do petróleo (Brent) recuperou para USD 48,4/barril até final de Junho, com expectativas de um reequilíbrio gradual entre a oferta e a procura. No conjunto do 1º semestre, o Brent valorizou-se cerca de 30%. Por seu lado, a economia da China mostrou sinais graduais de estabilização do crescimento, beneficiando de um conjunto de estímulos de política monetária e orçamental por parte das autoridades, facilitando o acesso à liquidez na economia. No 2º trimestre, o PIB cresceu 1,8% QoQ e 6,7% YoY. O renminbi prosseguiu uma tendência de desvalorização, embora mais gradual do que no início do ano, atingindo USD/CNY 6,643 no final de Junho (i.e. recuo de 2,3% face ao dólar).

No final do 1º semestre, voltou a observar-se um aumento da instabilidade nos mercados financeiros, em função do referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia. O avanço do apoio ao Leave nas semanas imediatamente anteriores à votação traduziu-se num aumento da aversão ao risco e numa maior procura por ativos de refúgio, alimentando a volatilidade no mercado cambial e acentuando a tendência descendente das yields da dívida nas economias core. A eventual vitória do Leave no referendo (52% vs. 48%), não totalmente antecipada, gerou, num primeiro momento, reações significativas nos mercados financeiros, penalizando a libra e a generalidade dos activos de maior risco. Apesar de uma posterior atenuação (e, em alguns casos, anulação) destes impactos iniciais, o resultado do referendo reforçou a revisão em baixa das perspetivas de crescimento económico, sobretudo na Europa, acentuando as expectativas de manutenção de juros baixos por mais tempo nas principais economias. Esta expectativa foi suportada pelo easing bias assumido pelo Banco de Inglaterra, pelo Banco do Japão e pelo BCE; bem como pelos sinais de adiamento de uma subida de juros por parte da Reserva Federal americana. A libra depreciou 11,6% face ao euro no conjunto do 1º semestre, para EUR/GBP 0,83458, tendo atingido um mínimo no início de Julho, em EUR/GBP 0,86327.

Neste contexto, prolongou-se, na primeira metade de 2016, a tendência global de descida dos juros de mercado, bem como a tendência de achatamento das yield curves nas principais economias. A

yield dos Treasuries a 10 anos recuou de 2,27%, no final de 2015, para 1,471% no final de Junho. Na Zona Euro, a yield dos Bunds alemães a 10 anos atingiu valores negativos no final do semestre, recuando de 0,629% para -0,13% (prolongando o movimento de queda no início do 2º semestre). A Euribor a 3 meses acentuou também a tendência descendente, atingindo -0,286% no final de Junho, o que compara com um registo de -0,131% no final de 2015. Em Março, o BCE anunciou um reforço dos estímulos monetários, incluindo: (i) uma descida da taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 5 bps, para 0%; (ii) uma descida da taxa de juro da marginal lending facility em 5 bps, para 0,25%; (iii) uma descida da taxa de juro da facilidade de depósitos em 10 bps, para -0,4%; (iv) uma expansão do programa de aquisição de ativos em EUR 20 mil milhões, para EUR 80 mil milhões/mês, acompanhado por um relaxamento das restrições de compra de títulos de cada emissão e de cada emitente; (v) a elegibilidade de dívida emitida por empresas da Zona Euro para o programa de compra de ativos (dívida denominada em euros e com o estatuto de investment grade); e (vi) o lançamento de quatro novas Targeted Longer-Term Refinancing Operations (TLTRO II), cada uma com maturidade de 4 anos, com a respetiva taxa de juro a poder descer, em determinadas condições, até à taxa da facilidade de depósitos. Apesar de uma recuperação na parte final do semestre, os principais índices acionistas da Zona Euro registaram quedas no conjunto dos primeiros seis meses do ano, sobretudo penalizados por preocupações em torno do sector financeiro. O DAX, o CAC 40 e o IBEX recuaram 9,9%, 8,6% e 14,5%, respetivamente. O melhor desempenho relativo dos earnings nos EUA e algum movimento de fuga aos riscos políticos na Europa beneficiaram os principais índices americanos, com o S&P 500 e o Dow Jones a valorizarem 2,7% e 2,9%, respetivamente, no período em causa. O Nasdaq recuou 3,3%.

Num contexto de melhoria das condições de financiamento e, também, com o suporte de políticas orçamentais mais expansionistas, a economia da Zona Euro manteve um crescimento resiliente no início de 2016. O PIB cresceu 0,6% QoQ no 1º trimestre, desacelerando depois para 0,3% no 2º trimestre. O euro apreciou-se 2,5% face ao dólar no conjunto do semestre, para EUR/USD 1,1139, tendo no entanto exibido uma tendência de queda no final deste período, recuando 3,4% face à divisa americana desde o máximo observado no início de Maio. Nos EUA, o ano de 2016 iniciou-se com um crescimento anémico da atividade económica. O PIB registou variações anualizadas de 0,9% e 1,2% no 1º e 2º trimestres, respetivamente, com uma queda do investimento, em parte associada ao período de recessão nos sectores extrativos. O mercado de trabalho prosseguiu uma tendência de recuperação nos primeiros meses do ano, com a taxa de desemprego a evoluir em torno de 4,9% da população ativa. Mas as pressões inflacionistas – embora crescentes – mantiveram-se muito contidas, com a inflação homóloga core a subir de 2,2% para 2,3%, e com a inflação headline a recuar de 1,4% para 1%. A moderação das expectativas de subida de juros nos EUA e a estabilização económica e cambial na China contribuíram para um desempenho benigno dos mercados emergentes no 1º semestre. A economia do Brasil prolongou, contudo, um período de queda da atividade económica, ainda que atenuando o ritmo de contração do PIB (recuos de 0,3% QoQ e 5,4% YoY no 1º trimestre). Com a inflação a manter-se claramente acima das metas (8,8% YoY em Junho, vs. 10,7% em Janeiro), o Banco Central manteve a taxa de juro SELIC inalterada em 14,25% durante a primeira metade do ano. Este período foi ainda marcado por uma forte instabilidade política, que culminou no impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em Maio. O índice Bovespa valorizou-se 18,9% no conjunto do 1º semestre, tendo o real apreciado 23% face ao dólar neste período, para USD/BRL 3,212.

Em Portugal, o PIB cresceu 0,2% QoQ e 0,9% YoY no 1º trimestre de 2016, com uma desaceleração das exportações e uma queda do investimento. O consumo privado registou uma aceleração neste período, com crescimentos de 1,3% QoQ e 2,9% YoY, beneficiando da descida dos preços da energia, de uma recuperação do rendimento disponível (sobretudo com a reposição parcial de salários na função pública) e de uma melhoria das condições de financiamento (traduzidas numa recuperação do crédito ao consumo). Os indicadores disponíveis sugerem alguma desaceleração do crescimento no 2º trimestre, com uma moderação da procura interna e a manutenção de um contributo negativo da procura externa líquida. O ambiente global de aversão ao risco, conjugado com incertezas em torno do sector financeiro e do processo de consolidação orçamental, traduziu-se num alargamento do spread dos títulos de dívida pública a 10 anos face aos Bunds, de 189 para 314 bps, com a respetiva yield a subir de 2,5% para 3% no conjunto do 1º semestre.

1.3.2 - Breve enquadramento do setor Segurador

Com uma amostra de cerca de 99,4% do mercado¹, o volume de produção agregada do mercado segurador no 1º semestre de 2016 atingiu os 5.332 milhões de euros, traduzindo um decréscimo de 21,2% relativamente a igual período de 2015. Este desempenho foi sobretudo consequência da evolução observada no ramo Vida (contratos de investimentos e contratos de seguros), que registou um decréscimo de 31,9% face a igual período do ano anterior (-6,5% em 2015). O ramo Não Vida registou um acréscimo da sua produção, ainda que de forma moderada, de cerca de 4,8% (+2,7% em 2015), sendo de salientar alguns sinais positivos de recuperação em alguns dos seus mais importantes ramos. O Ramo Não Vida, registou um crescimento no ramo acidentes de trabalho (+11,9%), no ramo Doença, ligado aos seguros de saúde (+6,6%), o ramo Automóvel e o ramo Incêndio e Outros Danos cresceram ligeiramente (4,1% e 1,1% respetivamente).

O Ramo Vida, apresenta no primeiro semestre de 2016 uma evolução negativa da produção. A sua diminuição, foi influenciada principalmente pela redução dos produtos de capitalização, segmento mais expressivo do Ramo, com um decréscimo de 36,5%, o que corresponde a uma redução do volume em 1.132 milhões de euros.

Milhares de euros	Junho 16	Junho 15	Var.
RAMO VIDA - Seguro Direto	3.266.892	4.794.512	-31,9%
CONTRATOS DE SEGUROS	1.332.117	1.830.290	-27,2%
- Rendas Vitalícias	30.056	19.745	52,2%
- Restantes Produtos Risco	464.931	461.002	0,9%
- Produtos de Capitalização	573.958	971.181	-40,9%
- PPR	263.172	378.362	-30,4%
- Operações de Capitalização	0	0	0,0%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	1.934.776	2.964.222	-34,7%
- Produtos de Capitalização	1.393.086	2.127.923	-34,5%
- PPR	541.689	836.204	-35,2%
- Operações de Capitalização	0	95	-100,0%
RAMO NÃO VIDA - Seguro Direto	2.065.976	1.971.755	4,8%
TOTAL DO MERCADO	5.332.869	6.766.266	-21,2%

Por segmento de produtos, observam-se diminuições em todos os segmentos de produtos, com exceção nos produtos de Risco (+3,0%). No entanto, a quebra dos produtos Capitalização e PPR, contribuindo decisivamente para a diminuição do volume de produção do ramo Vida (-31,9%).

Milhares de euros	Junho 16	Junho 15	Var.
RAMO VIDA - Seguro Direto	3.266.892	4.794.512	-31,9%
PRODUTOS DE RISCO	494.987	480.747	3,0%
PRODUTOS DE CAPITALIZAÇÃO	1.967.044	3.099.104	-36,5%
PPR	804.861	1.214.566	-33,7%
OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	0	95	-100,0%
RAMO NÃO VIDA - Seguro Direto	2.065.976	1.971.755	4,8%
TOTAL DO MERCADO	5.332.869	6.766.266	-21,2%

¹ Fonte: APS (Dados atualizados a junho 2016)

Nos custos com sinistros do Ramo Vida, em junho de 2016 verificou-se um acréscimo ligeiro na ordem dos 1,3%. No Ramo Não Vida, em junho de 2016 o acréscimo foi de 2,4%, face ao período homólogo de 2015.

Em relação às Provisões Matemáticas do Ramo Vida, que regista o montante em stock gerido pelas Companhias de Vida, verifica-se um decréscimo face ao período homólogo de 7,5%, para um volume total a junho de 2016, de cerca de 38.993 milhões de euros sob gestão.

1.4 - A Atividade Consolidada da GNB Seguros Vida

Aspetos relevantes da atividade e resultados

Nos primeiros meses do ano, a atividade da Companhia registou um abrandamento, que conduziu a uma redução de 5,4% do volume das responsabilidades sob a sua gestão, face a Dezembro de 2015.

O volume da produção da GNB Seguros Vida no 1º semestre de 2015, agregando a produção dos contratos de seguro e os tratados no âmbito do IAS 39 (Unit Linked e produtos sem participação nos resultados), ascendeu a cerca de 85,9 milhões de euros (um decréscimo de 64,1% face ao período homólogo do ano anterior).

Importa salientar que, em relação aos níveis de reembolsos e resgates, registou-se uma significativa diminuição dos seus volumes (-71,6% face a junho de 2015).

Neste contexto, em Junho de 2016, a Companhia apresentou um resultado líquido consolidado negativo de 49,5 milhões de euros (-158,7%), resultante sobretudo do contributo da atividade financeira.

Milhares de euros	Junho 16	Junho 15	Var.
TOTAL GNB SEGUROS VIDA - Seguro Direto	85.977	239.305	-64,1%
PORTUGAL	85.903	238.321	-64,0%
CONTRATOS DE SEGUROS	44.602	41.991	6,2%
- Rendas Vitalícias	0	124	-100,0%
- Restantes Produtos Risco	28.704	28.901	-0,7%
- Produtos de Capitalização	4.303	3.683	16,8%
- PPR	11.596	9.284	24,9%
- Operações de Capitalização	0	0	0,0%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	41.300	196.329	-79,0%
- Produtos de Capitalização	35.010	170.798	-79,5%
- PPR	6.290	25.531	-75,4%
- Operações de Capitalização	0	0	0,0%
ESPAÑA	75	984	-92,4%
CONTRATOS DE SEGUROS	75	984	-92,4%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	0	0	0,0%

Milhares de euros	Junho 16	Junho 15	Var.
TOTAL GNB SEGUROS VIDA - Seguro Direto	85.977	239.305	-64,1%
PORTUGAL	85.903	238.321	-64,0%
PRODUTOS DE RISCO	28.704	29.025	-1,1%
PRODUTOS DE CAPITALIZAÇÃO	39.313	174.481	-77,5%
PPR	17.886	34.815	-48,6%
OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	0	0	0,0%
ESPANHA	75	984	-92,4%

Em Portugal, a produção da GNB Seguros Vida foi de 86 milhões de euros, que representa um decréscimo de 64,0% face ao mesmo período do ano anterior. No mercado do ramo vida, em Junho de 2016, a GNB Seguros Vida tem uma quota de mercado² de prémios de 2,6% (5,0% em Junho de 2015).

- Nos PPR's, a produção alcançou os 17,9 milhões de euros, com um decréscimo de 48,6%.
- Os produtos de Capitalização, registaram um decréscimo face a 2015, na ordem dos 135 milhões de euros, representativo de um decréscimo de 77,5%.
- Os produtos de Risco, com um volume de produção de 28,7 milhões de euros, apresentam um ligeiro decréscimo face ao ano anterior (-1,1%).

A sucursal de Madrid contribuiu com uma produção de cerca de 75 mil euros (-92,4% que em Junho de 2015).

Os custos com sinistros liquidados de resseguro, apresentam uma melhoria importante na ordem dos 34,2%, com um valor de 96,1 milhões de euros registados no 1º semestre de 2016 (face aos 146 milhões de euros registados em igual período de 2015).

As provisões técnicas de seguro direto aumentaram o seu montante este semestre em 2,0%, de 1.344 milhões de euros em dezembro de 2015 para 1.371 milhões de euros em junho de 2016. Com um comportamento no sentido inverso, os passivos por contratos de investimento viram decrescer o seu volume em 8,2%, passando de 3.955 milhões de euros apresentados em Dezembro de 2015 para 3.631 milhões de euros verificados em Junho de 2016, verificando-se assim uma diminuição do volume global de responsabilidades sob gestão da companhia no primeiro semestre de 2016.

Para o Ativo, a Liquidez, Investimentos e Outros Ativos Tangíveis contribuíram com um decréscimo de 7,1% (6.092 milhões de euros em Dezembro de 2015 para os atuais 5.662 milhões de euros), influenciados pelos movimentos atrás referidos.

Os custos operacionais da GNB Seguros Vida durante os primeiros meses de 2016 aumentaram 10,7%, atingindo um valor de 13,9 milhões de euros, face aos 12,6 milhões de euros registados em igual período de 2015.

Ao nível do resultado líquido, este passa de 84,3 milhões de euros em junho de 2015, para os atuais -49,5 milhões de euros.

O capital próprio da Companhia em Junho de 2016 atingiu os 443,1 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de 9,2% em relação ao verificado em Dezembro de 2015 (488,0 milhões de euros).

² Fonte: APS (Dados atualizados a junho 2016)

A Companhia encontra-se a desenvolver o processo respeitante à implementação do regime de solvência II. Neste contexto, ao abrigo da Circular nº1/2015, de 16 de Julho, entretanto complementada pela Norma 6/2015, de 17 de Dezembro, ambas relativas aos pedidos de aprovação para utilização de medidas relativas aos requisitos quantitativos no âmbito do regime Solvência II, a GNB Vida submeteu à apreciação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) o Pedido de Aprovação para aplicação do regime transitório no respeitante às provisões técnicas e ajustamento de volatilidade, tendo o mesmo sido aceite no decorrer de 2016.

De acordo com o ponto 4 do Artigo 20º da Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, caso a Companhia não cumpra o requisito de capital de solvência no primeiro ano de aplicação, a ASF exige que se tomem as medidas necessárias para aumentar o nível de fundos próprios elegíveis ou para reduzir o perfil de risco da seguradora, a fim de assegurar o cumprimento do requisito de capital de solvência até 31 de dezembro de 2017.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível em 30 de Junho de 2016, que a Companhia cumpre com o requisito de capital de solvência II, tendo em consideração a aplicação do regime transitório no respeitante às provisões técnicas e ajustamento de volatilidade.

Como nota final, gostaríamos de referir que o conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A., não tendo sido sujeito a nenhuma revisão limitada por parte de auditores externos.

O Conselho de Administração gostaria de manifestar o reconhecimento da confiança que os Clientes e Acionistas depositaram na Companhia, bem como o empenho e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, determinantes para o desempenho e resultados obtidos pela GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A., durante os primeiros meses do ano.

O Conselho de Administração deseja expressar ainda o seu reconhecimento pela colaboração prestada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pela Associação Portuguesa de Seguradores e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 18 de Agosto de 2016
O Conselho de Administração

1.5 - Declaração a que se refere a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Dispõe a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da GNB Seguros Vida foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas consolidadas da GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A., todos relativos ao 1º semestre do exercício de 2016, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

<u>Nome</u>	<u>Função</u>
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos	Presidente do Conselho de Administração
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Vogal do Conselho de Administração
José António Rodrigues Nunes Coelho	Vogal do Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexos Integrantes

2.1 – Conta de Ganhos e Perdas

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	Junho 2016			Valores em euros
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	Junho 2015
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	5	21.860.491		21.860.491	18.324.554
Prêmios brutos emitidos		44.676.882		44.676.882	42.975.062
Prêmios de resseguro cedido		(22.593.390)		(22.593.390)	(24.321.688)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)		(220.838)		(220.838)	(570.907)
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(2.163)		(2.163)	242.087
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	6	7.307.636		7.307.636	9.661.396
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	7	(96.107.922)		(96.107.922)	(145.963.597)
Montantes pagos		(99.092.648)		(99.092.648)	(150.984.088)
Montantes brutos		(105.602.187)		(105.602.187)	(158.129.599)
Parte dos resseguradores		6.509.539		6.509.539	7.145.511
Provisão para sinistros (variação)		2.984.726		2.984.726	5.020.491
Montante bruto		3.274.304		3.274.304	4.789.246
Parte dos resseguradores		(289.578)		(289.578)	231.245
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8	875.639		875.639	(1.040.177)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	9	66.192.803		66.192.803	115.972.841
Montante bruto		66.834.816		66.834.816	116.856.252
Parte dos resseguradores		(642.013)		(642.013)	(883.411)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	10	(235.132)		(235.132)	(2.323.296)
Custos e gastos de exploração líquidos	11	(13.938.360)		(13.938.360)	(12.596.335)
Custos de aquisição		(8.490.113)		(8.490.113)	(10.917.853)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(758)		(758)	9.398
Gastos administrativos		(4.446.822)		(4.446.822)	(1.532.120)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		(1.000.667)		(1.000.667)	(155.760)
Rendimentos	12	61.043.002	391.341	61.434.343	83.872.949
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		49.253.649	415.869	49.669.518	57.140.799
Outros		11.789.353	(24.528)	11.764.825	26.732.150
Outros gastos financeiros	13	(5.772.860)	89.515	(5.683.345)	(5.761.535)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	16	(8.462.457)	7	(8.462.450)	80.444.436
De ativos disponíveis para venda		32.832.676	7	32.832.683	130.449.116
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	(51.107.225)
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		(47.351.752)	-	(47.351.752)	-
De outros		6.056.619	-	6.056.619	1.102.545
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	17	(43.709.916)	36.222	(43.673.694)	(54.777.016)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		(30.448.483)	10.464	(30.438.019)	(26.111.929)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(13.261.433)	25.758	(13.235.675)	(28.665.087)
Diferenças de câmbio	18	(6.040.523)	5.585	(6.034.938)	34.377.016
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	19	(4.299.676)	-	(4.299.676)	886.218
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	20	(30.136.514)	-	(30.136.514)	(2.864.946)
De ativos disponíveis para venda		(30.136.514)	-	(30.136.514)	(2.864.946)
De outros		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	21	(11.139)	-	(11.139)	(47.808)
Outras provisões (variação)		-	(822.727)	(822.727)	-
Outros rendimentos/gastos	22	-	(322.553)	(322.553)	(1.440.653)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	23	(3.600)	-	(3.600)	1.842.534
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(51.438.528)	(622.610)	(52.061.138)	118.566.581
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	34	-	(36.996)	(36.996)	(32.290.809)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	34	-	3.424.484	3.424.484	(1.536.894)
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS E ANTES INTERESSES MINORITÁRIOS				(48.673.650)	84.738.878
Interesses minoritários		-	(823.633)	(823.633)	(399.414)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				(49.497.283)	84.339.464
Resultado por ação básico				-0,99	1,69

2.2 – Demonstração do Rendimento Integral

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE
30 DE JUNHO DE 2016 E DE 30 DE JUNHO DE 2015

	Notas do Anexo	2016	2015
Resultado líquido do exercício		(49.497.283)	84.339.464
Variação das reservas de reavaliação			
<i>Itens já classificados para a demonstração de resultados</i>			
Imparidades dos ativos financeiros disponíveis para venda	20	30.136.514	2.864.946
Imparidades dos ativos financeiros deter até a maturidade		-	-
Vendas de ativos financeiros disponíveis para venda		(28.469.278)	(146.517.375)
Amortização da reserva de ativos financeiros deter até a maturidade		-	282.575
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Variação do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(4.086.988)	(39.322.015)
Variação dos impostos correntes e diferidos	34	661.136	49.927.210
Outras variações de capital próprio			
<i>Itens que não virão a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)	42	1.446.011	2.573.321
Total do rendimento integral		(49.809.888)	(45.851.874)

2.3 – Demonstração da posição financeira

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S. A.

ATIVO CONSOLIDADO
EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO 2015

Valores em euros

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	Junho 2016	Dezembro 2015
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	24	162.167.904	330.951.501
Ativos financeiros detidos para negociação	25	13.765.361	13.722.810
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	26	1.196.397.623	1.369.459.705
Ativos disponíveis para venda	27	3.900.244.803	4.059.499.872
Empréstimos e contas a receber	28	336.222.475	141.828.159
Outros depósitos		274.208.108	59.659.833
Empréstimos concedidos		62.014.367	82.168.326
Terrenos e edifícios	29	52.350.227	176.055.818
Terrenos e edifícios de uso próprio		5.329.378	5.382.163
Terrenos e edifícios de rendimento		47.020.849	170.673.655
Outros ativos tangíveis	30	348.594	365.564
Outros ativos intangíveis	31	269.428	661.154
Provisões técnicas de resseguro cedido	32	6.732.323	7.696.169
Provisão para prémios não adquiridos		11.815	13.978
Provisão matemática do ramo vida		2.655.991	3.298.005
Provisão para sinistros		4.089.575	4.379.153
Provisão para participação nos resultados		(25.058)	5.033
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	33	20.725.707	27.604.479
Contas a receber por operações de seguro direto		927.000	2.638.959
Contas a receber por outras operações de resseguro		57.500	318.888
Contas a receber por outras operações		19.741.207	24.646.632
Ativos por impostos	34	75.967.190	74.452.205
Ativos por impostos correntes		32.205.587	35.160.887
Ativos por impostos diferidos		43.761.603	39.291.318
Acréscimos e diferimentos	35	953.591	1.026.134
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	36	263.000	32.768.311
TOTAL ATIVO		5.766.408.226	6.236.091.881

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S. A.

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO
EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	Valores em euros	
		Junho 2016	Dezembro 2015
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	32	1.370.803.410	1.344.216.386
Provisão para prémios não adquiridos		3.393.221	3.171.879
Provisão matemática do ramo vida		1.327.703.413	1.295.973.902
Provisão para sinistros do ramo vida		28.400.050	31.205.415
Provisão para participação nos resultados		8.549.482	10.232.307
Provisão para compromissos de taxa		2.757.244	3.632.883
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	37	3.630.716.723	3.954.937.386
Outros passivos financeiros	38	227.371.119	339.908.853
Passivos subordinados		90.064.650	90.067.925
Depósitos recebidos de resseguradores		7.954	235.710
Outros		137.298.515	249.605.218
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	15	122.072	82.187
Outros credores por operações de seguros e outras operações	39	22.022.648	37.262.640
Contas a pagar por operações de seguro directo		8.216.864	18.068.579
Contas a pagar por outras operações de resseguro		12.025.599	13.413.911
Contas a pagar por outras operações		1.780.185	5.780.150
Passivos por impostos	34	2.203.885	1.988.596
Passivos por impostos correntes		2.203.670	1.988.193
Passivos por impostos diferidos		215	403
Acréscimos e diferimentos	40	40.486.713	41.938.302
Outras Provisões	41	29.615.353	27.751.486
TOTAL PASSIVO		5.323.341.923	5.748.085.836
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	42	50.000.000	50.000.000
Reservas de reavaliação		4.092.654	5.066.395
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		12.618.427	3.849.806
De diferenças de câmbio		(8.525.773)	1.216.589
Reserva por impostos		(2.450.627)	(3.111.763)
Outras reservas		53.040.271	53.040.271
Resultados transitados		366.750.456	268.740.899
Resultado do exercício		(49.497.283)	98.009.557
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		421.935.471	471.745.359
Interesses Minoritários		21.130.832	16.260.686
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS		443.066.303	488.006.045
TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO		5.766.408.226	6.236.091.881

2.4 – Demonstração das variações do Capital Próprio

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO
DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DEZEMBRO DE 2015

	Capital	Prestações suplementares	Reserva de reavaliação		Reservas por impostos diferidos e correntes	Outras reservas		Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio	Interesses minoritários	
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			Reserva Legal	Outras reservas				Outros	Total de Capital Próprio e interesses minoritários
Balanco a 1 de Janeiro de 2015	50.000.000	-	205.431.529	(60.174.669)	50.000.000	2.377.888	277.275.106	(8.534.207)	516.375.647	-	516.375.647	
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(173.928.883)	-	-	-	-	-	(173.928.883)	-	(173.928.883)	
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(8.762.984)	-	-	-	-	-	(8.762.984)	-	(8.762.984)	
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	49.927.210	-	-	-	-	49.927.210	-	49.927.210	
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)	-	-	1.932.352	-	-	640.969	-	-	2.573.321	-	2.573.321	
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	(8.534.207)	8.534.207	-	-	-	
Total da variação do capital próprio	-	-	(180.759.515)	49.927.210	-	640.969	(8.534.207)	84.339.464	(130.191.339)	-	(130.191.339)	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	84.339.464	84.339.464	-	84.339.464	
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.647.795	19.647.795	
Balanco a 30 de Junho de 2015	50.000.000	-	24.672.014	(10.247.459)	50.000.000	3.018.857	268.740.899	84.339.464	470.523.775	19.647.795	490.171.570	
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(29.631.753)	-	-	-	-	-	(29.631.753)	-	(29.631.753)	
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.610.851	-	-	-	-	-	1.610.851	-	1.610.851	
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	7.135.696	-	-	-	-	7.135.696	-	7.135.696	
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)	-	-	8.415.283	-	-	21.414	-	-	8.436.697	-	8.436.697	
Total da variação do capital próprio	-	-	(19.605.619)	7.135.696	-	21.414	-	-	(12.448.509)	-	(12.448.509)	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	13.670.083	13.670.083	(977.005)	12.693.085	
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.410.104)	(2.410.104)	
Balanco a 31 de Dezembro de 2015	50.000.000	-	5.066.395	(3.111.763)	50.000.000	3.040.271	268.740.899	98.009.557	471.745.359	16.260.686	488.006.045	
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	7.322.610	-	-	-	-	-	7.322.610	-	7.322.610	
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(9.742.362)	-	-	-	-	-	(9.742.362)	-	(9.742.362)	
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	661.136	-	-	-	-	661.136	-	661.136	
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)	-	-	1.446.011	-	-	-	-	-	1.446.011	-	1.446.011	
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	98.009.557	(98.009.557)	-	-	-	
Total da variação do capital próprio	-	-	(973.741)	661.136	-	-	-	98.009.557	(312.605)	-	(312.605)	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(49.497.283)	(49.497.283)	-	(49.497.283)	
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.870.146	4.870.146	
Balanco a 30 de Junho de 2016	50.000.000	-	4.092.654	(2.450.627)	50.000.000	3.040.271	366.750.456	(49.497.283)	421.935.471	21.130.832	443.066.303	

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Ver, adicionalmente, nota 42.

2.5 – Demonstração dos fluxos de caixa

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO 2016 E 31 DE DEZEMBRO 2015

	2016	2015
FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL		
A Recebimentos		
Operações de Seguro	51.383.772	92.975.304
Operações de Resseguro	12.658	1.249.800
Operações com contratos de investimento	48.744.809	382.302.165
Outras Atividades Operacionais	5.347	5.833
B Pagamentos		
Operações de Seguro	(105.897.812)	(249.356.189)
Operações de Resseguro	(33.399.019)	(62.628.001)
Operações com contratos de investimento	(347.820.290)	(1.545.142.681)
Comissões	(17.304.398)	(19.051.508)
Participação de Resultados	(449.629)	(476.419)
Outras Atividades Operacionais	(62.672)	(52.227)
C Pagamentos ao Pessoal	(2.120.311)	(3.064.039)
D Pagamentos a Fornecedores	(5.367.562)	(14.618.461)
E Outros pagamentos e recebimentos	848.432	(2.451.522)
F Impostos e Taxas	(6.326.593)	(30.317.597)
G Impostos sobre o rendimento	3.587.802	(39.564.705)
Fluxos de Atividade Operacionais (1)	(414.165.466)	(1.490.190.247)
FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
H Recebimentos		
Alienação de Investimentos	8.465.014.450	43.088.444.047
Alienação de Imobilizado	9.280	-
Dividendos	15.946.313	13.173.493
Juros	43.455.248	117.942.969
Outros Rendimentos	11.980.443	11.625.963
I Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(8.288.015.236)	(41.792.912.404)
Aquisição de Imobilizado	(553.089)	(72.206)
Despesas de gestão, manutenção e outras	(1.240.314)	(2.528.792)
Fluxos de Atividade de Investimento (2)	246.597.095	1.435.673.070
FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
K Pagamentos		
Juros sobre Empréstimos	(1.215.226)	(2.631.079)
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)	(1.215.226)	(2.631.079)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	(168.783.597)	(57.148.256)
L Caixa e seus equivalentes no início do exercício	330.951.501	388.099.757
M Caixa e seus equivalentes no final do exercício	162.167.904	330.951.501

2.6 - Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

NOTA 1 - ATIVIDADE E ESTRUTURA

A Companhia foi constituída em 28 de Junho de 1993, e tem como objetivo desenvolver autonomamente a atividade do ramo vida, que se iniciou em 1 de Janeiro de 1994. A Sucursal de Espanha, com sede em Madrid, iniciou a sua atividade em Junho de 1996. Em Agosto de 2006, a Companhia anteriormente designada Companhia de Seguros Tranquilidade - Vida, S.A. como resultado da operação efetuada entre o Banco Espírito Santo, S.A. e a Companhia Crédit Agricole, alterou a sua designação para BES-Vida, Companhia de Seguros S.A..

Em Maio de 2012 o Banco Espírito Santo, S. A. adquiriu o controlo da Companhia ao Crédit Agricole Assurance, S.A.

Na sequência da deliberação de 03 de Agosto de 2014 do Banco de Portugal, onde foi constituído o Novo Banco, S.A., a Companhia em 18 de Dezembro alterou o seu nome para GNB – Companhia de Seguros de Vida, S.A (“GNB Seguros Vida” ou “Companhia”).

A Companhia emitiu em 2002 dívida subordinada no montante de 90 milhões de euros que se encontra cotada na NYSE Euronext Lisbon (ver nota 38).

De acordo com a IFRS 10 o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial, incluindo Fundos de Investimento:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico
LUSITANO PROJECT FINANCE Nº 1 FTC	2007	2012	Portugal	Fundo de Investimento	82,79%

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da GNB Seguros Vida agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 30 de Junho de 2016 e foram preparadas de acordo com as *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotadas na União Europeia. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras e a Companhia opera de acordo com o princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos disponíveis para venda, os imóveis de rendimento e os passivos financeiros associados a contratos de seguro em que o risco do

investimento é suportado pelo tomador do seguro. Os restantes ativos e passivos são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 18 de Agosto de 2016.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da GNB Seguros Vida e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis a Companhia referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as entidades consolidadas, relativamente a todos os períodos cobertos nas demonstrações financeiras.

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Empresa tem controlo. A Empresa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

As perdas acumuladas de uma subsidiária que excedam o valor do interesse não controlado na subsidiária são atribuídas ao Interesse não controlado.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as entidades consolidadas.

Entidades estruturadas

A Companhia consolida pelo método integral determinadas entidades estruturadas, constituídas especificamente para o cumprimento de um objetivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a Companhia exerce controlo sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios estabelecidos na IFRS 10, quando tiver de consolidar ativos ou fundos nas suas demonstrações financeiras, ou seja:

- Poder sobre a investida;
- Exposição ou direito sobre retornos variáveis resultantes do envolvimento com a investida;
- Possibilidade de utilizar seus poderes sobre a investida de forma a alterar os retornos atribuídos à Companhia.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Companhia, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

Interesses não controlados versus passivos financeiros

Aquando da consolidação de fundos de investimento imobiliários/mobiliários pela Companhia, a percentagem detida por outros participantes nos respetivos fundos é registada como um passivo financeiro ou como interesses não controlados caso estes detenham ou não um direito atual de resgatar as respetivas unidades de participação. A percentagem detida por participantes (terceiros) é reconhecida como um passivo financeiro, quando existe a obrigação contratual do emitente reembolsar os detentores das unidades de participação, sempre que estes o solicitem (resgates), e reconhecida como interesses não controlados quando não existe esse direito.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados exceto quando relacionadas com operações que qualificam como coberturas de fluxos de caixa, e/ou coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, sendo diferidas em outros rendimentos integrais.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas e quando relacionadas com operações que qualificam como coberturas de fluxos de caixa, e/ou coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, sendo diferidas em outros rendimentos integrais.

Segue abaixo tabela resumo do Euro/Dólar para efeitos de conversão cambial

	2016		2015	
	Cambio		Cambio	
	Final	Médio	Final	Médio
EUR/USD	1,1229	1,1157	1,0887	1,1095

2.4. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("*discounted cash flows*") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de

resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Outros ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias da IAS39:

- *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Companhia designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade financeira de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

- *Empréstimos concedidos e contas a receber*

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) de ativos financeiros detidos até à maturidade e, (iv) empréstimos e contas a receber são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, excepto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controle sobre os ativos.

Os investimentos a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Os “Empréstimos concedidos e contas a receber” são mensurados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, sendo deduzidas quaisquer perdas de imparidade.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são mensurados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos a deter até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias de ativos financeiros

A IAS 39 permite que uma entidade transfira “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação” para as carteiras de “Ativos financeiros disponíveis para venda”, “Empréstimos concedidos e contas a receber” ou para “Investimentos a deter até à maturidade”, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria, como segue: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

A Companhia adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na nota 29.

As transferências de “Ativos financeiros disponíveis para venda” para as categorias de “Empréstimos concedidos e contas a receber” e “Investimentos a deter até à maturidade” são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo amortizado e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a ações ou outros instrumentos de capital a Companhia elegeu como critérios de imparidade o declínio de 30% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 12 meses. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada aumentando as reservas de reavaliação por ajustamento no justo valor de ativos financeiros quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, e os valores líquidos são apresentados na demonstração da posição financeira, apenas quando há um direito exercível de compensar os referidos valores, e quando há uma intenção de liquidar as transações em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo em simultâneo. O direito exercível não deve ser contingente face a eventos futuros, devendo ser exercível no decurso ordinário do negócio, e também em circunstâncias de falência ou insolvência da Companhia, ou da contraparte.

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos

passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor, ou os passivos financeiros que para evitar o “*accounting mismatch*” são registados ao justo valor.

2.7. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de depreciação que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Números de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	37 a 45
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8 a 10
Instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Material de transporte	4
Outros	5

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados. Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.8. Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de

justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados, na rubrica de “Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”. As propriedades de investimento não são depreciadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

2.9. Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja exetável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os gastos de desenvolvimento de ativos intangíveis GNB Seguros Vida são capitalizados quando:

- (i) a sua conclusão técnica é viável, de modo a que o intangível venha a estar disponível para uso;
- (ii) quando a Gestão tenciona completar o projeto;
- (iii) quando a forma como o intangível vai gerar benefícios económicos futuros seja demonstrável;
- (iv) quando existem recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento e utilização futura do intangível; e
- (v) as despesas incorridas durante a fase de desenvolvimento do intangível forem fiavelmente mensuráveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos de desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de ativos intangíveis são registados como gastos quando incorridos. Tais gastos não são reconhecidos como ativos em períodos subsequentes.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – *Locações*. “São

classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são substancialmente transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais”.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.11. Benefícios concedidos aos empregados

Pensões

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de Junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procede à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de emitentes com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano e denominadas na moeda de cálculo das responsabilidades. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados

(ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento real dos ativos do fundo e os valores incluídos no juro líquido, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio em “de outros rendimentos integrais”.

A Companhia reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Para além destas, a Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

De acordo com o CCT, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passaram a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente, sendo de 1% em 2012 até atingirem, em 2017, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador. Tem capital garantido. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Para dar cumprimento ao atrás referido, a Companhia constituiu, com efeitos a 1 de Janeiro de 2012, um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido para os seus colaboradores do quadro efetivo e que dele faziam parte em 31 de Dezembro de 2011.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Benefícios de saúde

Adicionalmente, a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias os acionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro e a Companhia não controla a tempestividade da reversão das diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.13. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A respetiva mensuração é efetuada com base nos processos e a avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos Advogados que acompanham o processo, quer se trate de processos judiciais quer se trate de provisões gerais.

2.14. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

2.15. Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.16. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco é essencialmente financeiro e em que o risco de seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação discricionária nos resultados atribuída aos segurados, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com a IFRS 4. Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, é registado como um instrumento financeiro e avaliado conforme a IAS 39.

Os ativos financeiros detidos pela Companhia para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros da Companhia.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e ainda não reportados é efetuada com base na experiência histórica utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para sinistros são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (“Shadow accounting”)

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros disponíveis para venda afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (ver nota 33).

Provisão para compromissos de taxa (“Liability adequacy test”)

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

2.17. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio, estando este de acordo com os reportes internos à gestão da Companhia e à tomada de decisão.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.18. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2016 e 2014, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.20. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda que se estima realizar nos próximos 12 meses, o ativo se encontrar em condição imediata de venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, aquando do reconhecimento inicial dos ativos não correntes detidos para venda, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor líquido contabilístico inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e a deter até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição. Relativamente aos instrumentos de dívida os critérios de imparidade têm em consideração a deterioração do nível de crédito do emitente ou dificuldades financeiras, nomeadamente (i) dificuldades financeiras significativas do emitente, (ii) *default* no pagamento dos juros ou do principal, (iii) probabilidade elevada de falência ou (iv) desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm o direito de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da GNB Seguros Vida e das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos está dependente da existência de lucros tributáveis futuros, sendo que a estimativa destes resulta de determinados pressupostos e julgamentos efetuados pela Companhia.

3.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões, sendo que as variáveis mais sensíveis, no apuramento das responsabilidades com planos de pensões são, entre outras, a taxa de desconto e idade de reforma.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.5. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registadas na rubrica contabilística “provisões técnicas”. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (1) provisão matemática, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para sinistros, (4) provisão para compromisso de taxa e (5) provisão para prémios não adquiridos.

Quando existem sinistros declarados pelos tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia reconhece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato. Estes *cash flows* incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Sempre que os produtos incluem opções e garantias, o valor atual das responsabilidades é calculado estocasticamente com recurso a cenários *Market Consistent*. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. A curva utilizada para desconto da responsabilidade é igual à usada nos cálculos das responsabilidades com as pensões de reforma.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

A atividade da Companhia encontra-se organizada de acordo com as seguintes linhas de negócio:

- (i) Produtos tradicionais – produtos com o objetivo de cobrir o risco de morte e de longevidade;
- (ii) Produtos de capitalização com participação nos resultados e *Unit Linked* – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos com uma taxa de rendimento garantida e com uma participação nos resultados atribuída aos clientes dependente, principalmente, da rentabilidade financeira dos ativos;
- (iii) Produtos de capitalização sem participação nos resultados – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos sem participação nos resultados atribuída a clientes e/ou em que o risco do investimento é assumido pelo tomador de seguro; e
- (iv) Outros produtos e serviços – inclui os restantes segmentos que individualmente representam menos de 10% dos ativos totais ou do resultado líquido do exercício, e que no conjunto não representam mais de 25% destes indicadores.

A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal e em Espanha através de uma sucursal. A atividade desenvolvida em Espanha não é significativa e não cumpre os critérios de obrigatoriedade estabelecidos na IFRS 8, no que respeita à sua divulgação.

O reporte de segmentos é apresentado como segue:

Conta de Ganhos e Perdas

	2016				Total
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5.960.815	15.899.676	-	-	21.860.491
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	7.307.636	-	7.307.636
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(3.578.340)	(92.529.582)	-	-	(96.107.922)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	875.639	-	-	875.639
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	21.894.306	44.298.497	-	-	66.192.803
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(235.132)	-	-	-	(235.132)
Custos e gastos de exploração líquidos	(7.652.829)	(8.412.456)	2.126.925	-	(13.938.360)
Rendimentos	191.941	23.395.356	37.455.705	391.341	61.434.343
Gastos financeiro	(1.917.444)	(728.254)	(3.037.647)	-	(5.683.345)
Garhns líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	31.963	12.282.319	(20.776.732)	-	(8.462.450)
Garhns líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(8.091)	(11.341.022)	(32.335.045)	10.464	(43.673.694)
Diferenças de câmbio	49.686	(489.774)	(5.594.850)	-	(6.034.938)
Garhns líquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidade descontinuada	-	(4.299.676)	-	-	(4.299.676)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(67.007)	(10.122.559)	(19.946.948)	-	(30.136.514)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	3	-	1.750	(12.892)	(11.139)
Outras provisões (variação)	-	-	(822.727)	-	(822.727)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	(322.553)	(322.553)
Garhns e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	(3.600)	-	-	(3.600)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	14.669.871	(31.175.436)	(35.621.933)	66.360	(52.061.138)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	11.801	(13.865)	(35.238)	307	(36.995)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	(1.092.308)	1.283.379	3.261.861	(28.447)	3.424.484
Resultado líquido após impostos e antes interesses minoritários	13.589.364	(29.905.922)	(32.395.310)	38.220	(48.673.649)
Interesses Minoritários	-	-	(823.633)	-	(823.633)
Resultado líquido do exercício	13.589.364	(29.905.922)	(33.218.943)	38.220	(49.497.282)

	2015				Total
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5.361.042	12.963.512	-	-	18.324.554
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	9.661.396	-	9.661.396
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2.538.915)	(143.424.682)	-	-	(145.963.597)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(1.040.519)	342	-	(1.040.177)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(325.154)	116.297.895	-	-	115.972.741
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(523.768)	(1.799.527)	-	-	(2.323.296)
Custos e gastos de exploração líquidos	(1.465.031)	(3.991.313)	(7.139.991)	-	(12.596.335)
Rendimentos	1.823.527	20.025.268	61.606.111	418.043	83.872.949
Gastos financeiro	(125.892)	(2.356.393)	(3.279.250)	-	(5.761.535)
Garhns líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	18.635.385	51.915.632	9.830.003	63.416	80.444.436
Garhns líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.740.942)	(3.317.941)	(48.697.936)	(20.797)	(54.777.016)
Diferenças de câmbio	2.500.976	4.931.276	26.944.764	-	34.377.016
Garhns líquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidade descontinuada	-	-	886.218	-	886.218
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(726.260)	(1.205.729)	(932.957)	-	(2.864.946)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(47.808)	-	-	-	(47.808)
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	(1.440.653)	(1.440.653)
Garhns e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	1.827.634	14.900	1.842.534
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	18.787.240	50.038.440	50.705.992	(965.091)	118.566.581
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	(32.290.809)	(32.290.809)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	(1.536.894)	-	(1.536.894)
Resultado líquido do exercício	18.787.240	50.038.440	50.705.992	(34.792.794)	84.738.878
Interesses Minoritários	-	-	-	(399.414)	(399.414)
Resultado líquido do exercício	18.787.240	50.038.440	50.705.992	(35.192.208)	84.339.464

Balanço*

	2016				Total
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	88.613	2.780.817	134.265.802	25.032.672	162.167.904
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	67.291	14.922.288	(1.224.218)	13.765.361
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3.400.215	16.519.650	1.176.477.758	-	1.196.397.623
Ativos financeiros disponíveis para venda	52.869.727	1.667.548.567	2.177.490.728	2.335.781	3.900.244.803
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.000.000	48.913.287	286.236.703	72.485	336.222.475
Terrenos e Edifícios	-	36.874.318	-	15.475.909	52.350.227
PASSIVO					
Provisões Técnicas	45.050.883	1.325.752.527	-	-	1.370.803.410
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	3.630.716.723	-	3.630.716.723

	2015				Total
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.910.100	29.651.681	238.602.053	57.787.668	330.951.501
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	140.289	538.143	10.671.546	(1.403.693)	9.949.285
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3.578.874	13.489.990	1.351.910.099	480.742	1.369.459.705
Ativos financeiros disponíveis para venda	355.353.891	1.256.609.998	2.445.159.216	2.376.766	4,059,499,872
Empréstimos concedidos e contas a receber	19.962.973	22.415.302	99.177.053	272.830	141,828,159
Terrenos e Edifícios	17.383.103	68.645.011	74.499.011	15,528,694	176,055,818
PASSIVO					
Provisões Técnicas	45,050,883	1,299,165,503	-	-	1,344,216,386
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	853	283	3,954,936,950	-	3,954,937,386

*Apenas as rubricas afetas aos segmentos de negócio.

A afetação dos investimentos e outros ativos e passivos é analisada como segue:

	2016				Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Não afetos	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.780.817	88.613	134.265.802	25.032.672	162.167.904
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	67.291	-	14.922.288	(1.224.218)	13.765.361
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	19.919.865	-	1.176.477.758	-	1.196.397.623
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.667.548.567	52.869.727	2.177.490.728	2.335.781	3.900.244.803
Empréstimos concedidos e contas a receber	48.913.287	1.000.000	286.236.703	72.485	336.222.475
Terrenos e Edifícios	36.874.318	-	-	15.475.909	52.350.227
Total	1.776.104.145	53.958.340	3.789.393.279	41.692.629	5.661.148.393
	2015				Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Não afetos	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	29.682.176	5.038.269	238.443.389	57.787.667	330.951.501
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	538.138	140.298	10.671.543	(1.400.693)	9.949.285
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	13.492.072	13.151.988	1.342.334.903	480.742	1.369.459.705
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.256.439.557	355.629.255	2.445.054.284	2.376.786	4.059.499.872
Empréstimos concedidos e contas a receber	23.158.345	19.201.261	99.195.722	272.830	141.828.159
Terrenos e Edifícios	68.880.291	17.002.972	74.643.861	15.528.694	176.055.818
Total	1.392.190.578	410.164.052	4.210.343.703	75.046.007	6.087.744.340

NOTA 5 - PRÊMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prêmios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2016	2015
Prêmios brutos emitidos	44.676.882	42.975.062
Prêmios de resseguro cedido	(22.593.390)	(24.321.688)
Prêmios líquidos de resseguro	22.083.492	18.653.374
Variação da provisão para prêmios não adquiridos, líquida de resseguro	(220.838)	(570.907)
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(2.163)	242.087
Prêmios líquidos de resseguro	21.860.491	18.324.554

Os prêmios de resseguro cedido respeitam à cobertura do risco de morte e longevidade de contratos realizados nos segmentos tradicionais.

De acordo com os princípios de classificação dos contratos estabelecidos pelas empresas de seguros definido pela IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prêmios.

Alguns indicadores relativos aos seguros de vida, podem ser analisados como segue:

	2016	2015
Tradicional	5.960.816	5.361.042
Capitalização com participação nos resultados	15.899.675	12.963.512
Total	21.860.491	18.324.554

A rubrica de prêmios de resseguro cedido incluiu os valores de prêmios de resseguro decorrente da celebração do tratado de resseguro mediante o qual a GNB Seguros Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas as apólices em vigor com referência a 30 de Junho de 2013 e mantendo-se em vigor até à extinção desta carteira.

NOTA 6 - COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços são analisadas como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Comissões de subscrição	46.903	52.199
Comissões de gestão	6.305.010	8.356.008
Comissões de resgate	955.723	1.253.189
	<u>7.307.636</u>	<u>9.661.396</u>

As comissões acima referidas são relativas às comissões de subscrição, resgate e de gestão dos produtos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

NOTA 7 - CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Seguro direto		
Montantes pagos	(105.306.616)	(157.692.286)
Custos imputados à função sinistros (Nota 14)	(295.874)	(437.315)
Variação da provisão para sinistros	3.274.607	4.789.248
	<u>(102.327.883)</u>	<u>(153.340.353)</u>
Resseguro cedido		
Montantes pagos	6.509.539	7.145.511
Variação da provisão para sinistros	(289.578)	231.245
	<u>6.219.961</u>	<u>7.376.756</u>
	<u>(96.107.922)</u>	<u>(145.963.597)</u>

NOTA 8 - OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

A variação das outras provisões técnicas líquidas de resseguro diz respeito a produtos de Rendas sendo analisada como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para compromissos de taxa	875.639	(1.040.177)

NOTA 9 - PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica “Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro” inclui a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados.

NOTA 10 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de “Participação nos resultados líquida de resseguro” respeito ao acréscimo de responsabilidades da Companhia relativa aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados (ver Nota 33).

NOTA 11 - CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custos de aquisição		
Comissões de resgate	(34.973)	(113.627)
Comissões de subscrição	(1.103.218)	(885.212)
Comissões financeiras	(6.027.024)	(8.686.813)
Outros	(461.242)	(170.948)
Custos imputados à função aquisição (nota 14)	(863.656)	(1.061.253)
	<u>(8.490.113)</u>	<u>(10.917.853)</u>
Custos de aquisição diferidos (variação)	(758)	9.398
Gastos administrativos		
Custos imputados à função administrativa (nota 14)	(4.446.822)	(1.532.120)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões de resseguros cedido	(1.030.054)	(320.180)
Participação nos resultados de resseguro	29.387	164.420
	<u>(5.448.247)</u>	<u>(1.678.482)</u>
	<u>(13.938.360)</u>	<u>(12.596.335)</u>

NOTA 12 - RENDIMENTOS

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	48.168.356	54.369.901
de ativos a deter até à maturidade	-	437.333
de terrenos e edifícios	1.406.053	1.454.006
de empréstimos concedidos e contas a receber	51.736	848.032
de depósitos em instituições de crédito	43.373	31.527
	<u>49.669.518</u>	<u>57.140.799</u>
Rendimentos de outros ativos		
de ativos detidos para negociação	1.449.966	1.085.265
de ativos ao justo valor através de resultados	10.314.859	25.646.885
	<u>11.764.825</u>	<u>26.732.150</u>
	<u>61.434.343</u>	<u>83.872.949</u>

NOTA 13 - OUTROS GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de “Outros Gastos financeiros” inclui os custos imputados à função investimentos (ver Nota 14).

NOTA 14 - CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, exploração, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custos com sinistros (ver Nota 7)	295.874	437.315
Custos de aquisição (ver Nota 11)	863.656	1.061.253
Custos administrativos (ver Nota 11)	4.446.822	1.532.120
Custos de gestão de investimentos (ver Nota 13)	5.683.345	5.761.534
Outras provisões	822.972	-
	<u>12.112.669</u>	<u>8.792.222</u>

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custos com pessoal (i)	1.997.049	2.357.631
Fornecimentos e serviços externos (ii)	2.335.581	2.546.358
Impostos e taxas	111.715	205.339
Depreciações e amortizações do exercício (ver notas 30, 31 e 32)	196.926	318.538
Outras provisões (iii)	2.498.818	(1.118.102)
Juros suportados (iv)	1.213.233	1.315.265
Comissões (v)	3.759.347	3.167.193
	<u>12.112.669</u>	<u>8.792.222</u>

(i) Os “Custos com o pessoal” desagregam-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remunerações dos órgãos sociais	94.960	193.948
Remunerações do pessoal	1.400.923	1.510.838
Encargos sobre remunerações	353.901	401.838
Benefícios pós emprego	(458.194)	110.604
Seguros obrigatórios	43.742	42.997
Custos de acção social	59.870	71.925
Outros custos com o pessoal	501.846	25.481
	<u>1.997.049</u>	<u>2.357.631</u>

Em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros do Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração é desagregada da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios	94.960	486.129
Benefícios pós emprego	66.253	-
Remunerações variáveis	-	(169.343)
	<u>161.213</u>	<u>316.786</u>

Em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, por categoria profissional, de acordo com a nova classificação do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o número médio de colaboradores do quadro permanente da GNB Seguros Vida analisa-se como segue:

	<u>2016</u>
Diretor	7
Técnico	34
Coordenador Operacional	3
Gestor Operacional	3
Gestor Técnico	5
Especialista Operacional	20
Auxiliar Geral	1
	<u>73</u>
	<u>2015</u>
Diretor	8
Técnico	41
Coordenador Operacional	3
Gestor Operacional	8
Especialista Operacional	22
Auxiliar Geral	1
	<u>83</u>

(ii) Os “Fornecimentos e serviços externos” são analisados como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhos especializados	643.351	743.119
Conservação e reparação	585.189	766.084
Comunicação	219.119	205.258
Outros fornecimentos	123.460	-
Artigos para oferta	119.284	126.160
Outros	92.327	128.277
Publicidade e propaganda	92.250	104.766
Rendas e alugueres	89.136	147.142
Electricidade	84.041	40.740
Vigilância e segurança	61.896	75.204
Limpeza, higiene e conforto	61.102	54.713
Agencias noticiosa	54.700	-
Serviços prestados	38.277	113.190
Seguros	26.573	20.141
Deslocações e estadas	19.932	12.468
Call center	19.875	292
Despesas de representação	2.793	4.216
Material de escritório	2.276	4.588
	<u><u>2.335.581</u></u>	<u><u>2.546.358</u></u>

(iii) Em 2016 as “Outras provisões” são na sua maioria provisões para contingências fiscais. Em 30 Junho de 2015 esta rubrica incluía uma provisão para contingência legal relativa a um processo na sucursal de Espanha.

(iv) Os “Juros suportados” dizem respeito aos custos incorridos com os títulos de dívida subordinada emitidos pela Companhia.

(v) A rubrica de “Comissões” é referente a comissões de custódia de títulos e outros gastos associados à gestão de investimentos.

NOTA 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde foi efetuada com referência a 31 de Dezembro de 2015.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	0,5% - 1,0%(*)	0,5% - 1,0%(*)
Taxa de crescimento das pensões	0,5% - 1,0%(*)	0,5% - 1,0%(*)
Taxas de rendimento do fundo	2,25%	2,25%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	5% - 100%(*)	5% - 100%(*)
Taxa de desconto	2,25%	2,25%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001

Método de valorização atuarial

Project Unit Credit Method

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* de elevada qualidade e tem por base a *duration* das responsabilidades, obrigações essas denominadas na moeda de pagamento dos benefícios do plano.

NOTA 16 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda são analisados como segue:

	2016			2015		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicas	38.103.174	(3.117.396)	34.985.778	44.193.703	(10.564.940)	33.628.763
De outros emissores	8.163.200	(502.753)	7.660.447	30.326.785	(4.941.279)	25.385.506
Ações	3.459.964	(14.255.113)	(10.795.149)	38.455.627	(2.447.507)	36.008.120
Outros títulos de rendimento variável	981.607	-	981.607	36.133.164	(706.437)	35.426.727
	50.707.945	(17.875.262)	32.832.683	149.109.279	(18.660.163)	130.449.116

Os ganhos líquidos de passivos valorizados a custo amortizado correspondem ao juro técnico atribuído aos contratos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, para os quais as responsabilidades são valorizadas ao custo amortizado.

NOTA 17 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação são analisados como segue:

	2016			2015		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos e passivos detidos para negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio	20.416.188	(8.531.859)	11.884.329	11.575.700	(37.319.779)	(25.744.079)
Contratos sobre taxas de juro	38.727	-	38.727	133.046	-	133.046
Contratos sobre ações/índices	155.229.229	(197.501.694)	(42.272.465)	45.474.232	(45.916.702)	(442.470)
Contratos sobre créditos	-	(88.610)	(88.610)	-	(58.426)	(58.426)
	175.684.144	(206.122.163)	(30.438.019)	57.182.978	(83.294.907)	(26.111.929)

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2016			2015		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3.815.571	(3.816.352)	(781)	1.956.978	(5.874.615)	(3.917.637)
De outros emissores	15.987.590	(15.335.808)	651.782	7.117.113	(9.712.361)	(2.595.248)
Ações	6.136.640	(12.905.674)	(6.769.034)	9.413.245	(5.180.925)	4.232.320
Outros títulos de rendimento variável	33.029.430	(57.163.782)	(24.134.352)	47.712.297	(18.357.650)	29.354.647
	58.969.231	(89.221.616)	(30.252.385)	66.199.633	(39.125.551)	27.074.082
Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas						
	57.036.003	(40.019.293)	17.016.710	44.287.070	(100.026.239)	(55.739.169)
	116.005.234	(129.240.909)	(13.235.675)	110.486.703	(139.151.790)	(28.665.087)

NOTA 18 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3 e é analisada como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Diferenças de cambio de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	(2.369.969)	18.342.762
de empréstimos concedidos e contas a receber	(647.316)	(1.018.818)
de depósitos em instituições de crédito	629.097	1.038.621
	<u>(2.388.188)</u>	<u>18.362.565</u>
Diferenças de cambio de outros ativos		
de ativos detidos para negociação	1.523	(41.468)
de ativos ao justo valor através de resultados	(3.648.273)	16.055.919
	<u>(3.646.750)</u>	<u>16.014.451</u>
	<u>(6.034.938)</u>	<u>34.377.016</u>

NOTA 19 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas correspondem a valias registadas através da alienação e reavaliação de imóveis (ver nota 29).

NOTA 20 - PERDAS DE IMPARIDADE LÍQUIDAS DE REVERSÃO

As perdas de imparidade líquidas de reversão de ativos financeiros, são analisadas como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativos disponíveis para venda		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	(10.574.141)	(11.300)
Ações	(9.529.566)	(357.058)
Outros títulos de rendimento variável	(10.032.807)	(2.496.588)
	<u>(30.136.514)</u>	<u>(2.864.946)</u>

NOTA 21 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os outros rendimentos e gastos técnicos líquidos de resseguros são analisados da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outros ganhos técnicos	1.783	70
Outras perdas técnicas		
Fundos Pensões	(12.501)	(12.500)
Outros	(421)	(35.378)
	<u>(11.139)</u>	<u>(47.808)</u>

NOTA 22 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Os outros rendimentos e gastos são analisados da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prestações de serviços	42.874	51.702
Outros proveitos/(custos)	(365.427)	(1.492.355)
	<u>(322.553)</u>	<u>(1.440.653)</u>

A rubrica “Prestação de serviços” diz respeito a proveitos gerados pela prestação de serviços de gestão de carteira e contabilidade à T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.

NOTA 23 - GANHOS E PERDAS DE ATIVOS NÃO CORRENTES CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA

A rubrica de “Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda” diz respeito ao registo das valias realizadas relativa a imóveis classificados como detidos para venda, no montante de -3.600 euros, (em 2015 inclui o montante de 1.842 milhares de euros relativa a ativos imobiliários incluídos nos FII, geridos por entidades do grupo Novo Banco).

NOTA 24 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é analisado como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	455	261
Depósitos à ordem	162.167.449	330.951.240
	<u>162.167.904</u>	<u>330.951.501</u>

NOTA 25 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 são analisados da seguinte forma:

	2016				2015			
	Nocional	Ativo	Passivo	Justo Valor	Nocional	Ativo	Passivo	Justo Valor
Contratos sobre taxas de câmbio								
Forward								
Compra	13.696.420	97	(144.328)	(144.231)	359.494.193	60.671	(821.967)	(761.296)
Vendas	272.881.178	3.825.249	(3.092.718)	732.531	362.834.492	5.193.597	(822.344)	4.371.253
	286.577.598	3.825.346	(3.237.046)	588.300	722.328.685	5.254.268	(1.644.311)	3.609.957
Contratos sobre taxas de juro								
Interest Rate Swaps	1.150.475	-	(1.224.218)	(1.224.218)	41.316.162	-	(1.743.875)	(1.743.875)
	1.150.475	-	(1.224.218)	(1.224.218)	41.316.162	-	(1.743.875)	(1.743.875)
Contratos sobre ações/índices								
Equity/Index Options	1.633.145	60.486	(2.079)	58.407	1.631.031	60.410	(2.079)	58.331
Equity/Index Futures	30.912.152	-	-	-	9.487.171	-	-	-
	32.545.298	60.486	(2.079)	58.407	11.118.202	60.410	(2.079)	58.331
Contratos sobre créditos								
Créditos Default Swaps	42.152.146	9.879.528	(471.809)	9.407.719	42.490.871	8.408.132	(383.260)	8.024.872
	42.152.146	9.879.528	(471.809)	9.407.719	42.490.871	8.408.132	(383.260)	8.024.872
	362.425.517	13.765.360	(4.935.152)	8.830.208	817.253.920	13.722.810	(3.773.525)	9.949.285

A Companhia optou por registar os instrumentos financeiros detidos para negociação com justo valor negativo na rubrica “Outros passivos financeiros” (ver nota 38).

A variação do justo valor dos instrumentos financeiros detidos para negociação encontra-se explicada na nota 17.

NOTA 26 - ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é analisado como segue:

	2016	2015
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	112.513.523	124.627.301
De outros emissores	474.367.701	497.715.360
Ações	34.321.306	62.843.746
Outros títulos de rendimento variável	575.195.093	684.273.298
Valor de balanço	1.196.397.623	1.369.459.705
Valor de aquisição	1.195.838.798	1.384.524.658

Ver adicionalmente a nota 17.

NOTA 27 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é analisado como segue:

	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Imparidade ⁽²⁾	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	2.009.905.616	11.444.044	(2.319.206)	-	2.019.030.454	9.430.794	2.028.461.248
De outros emissores	1.236.734.263	8.917.924	(22.224.670)	(13.547.570)	1.209.879.947	11.516.048	1.221.395.995
Ações	556.580.941	10.094.854	(5.728.761)	(70)	560.946.964	-	560.946.964
Outros títulos de rendimento variável	383.560.616	8.336.620	-	(143.201.571)	248.695.665	-	248.695.665
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	4.186.781.436	38.793.442	(30.272.637)	(156.749.211)	4.038.553.030	20.946.842	4.059.499.872
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	1.727.289.258	10.323.599	(1.575.423)	-	1.736.037.434	17.280.274	1.753.317.708
De outros emissores	1.430.064.517	37.394.065	(13.535.298)	(24.121.710)	1.429.801.574	10.788.711	1.440.590.285
Ações	422.269.236	6.330.185	(38.043.152)	(9.529.720)	381.026.549	-	381.026.549
Outros títulos de rendimento variável	510.520.557	5.207.078	-	(190.417.374)	325.310.261	-	325.310.261
Saldo em 30 de Junho de 2016	4.090.143.568	59.254.927	(53.153.873)	(224.068.804)	3.872.175.818	28.068.985	3.900.244.803

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável

(2) Ver adicionalmente a nota 20

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

Saldo em 1 de Janeiro de 2015	105.743.148
Saídas do perímetro de consolidação	38.876.525
Dotações do exercício	15.544.910
Vendas no exercício	(3.415.372)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	156.749.211
Dotações do exercício	67.319.593
Saldo em 30 de Junho de 2016	224.068.804

NOTA 28 - EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica de “Outros depósitos” é analisada como segue:

	2016	2015
Depósitos a prazo - Capital	218.940.001	48.741.950
Depósitos a prazo - Juro decorrido	14.141	3.399.184
Outros depósitos - Capital	55.253.966	7.518.699
	274.208.108	59.659.833

A rubrica de “Empréstimos concedidos” inclui em 30 de Junho 2016 o montante de 61.941 milhares de euros de empréstimos através do Fundo Lusitano Project Finance nº 1 FTC (2015: 92.628 milhares de euros).

NOTA 29 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

O movimento ocorrido em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 na rubrica de terrenos e edifícios pode ser analisado como segue:

	2015	Alteração no perímetro de consolidação	Alienações	Transferencia para ativos não correntes detidos para venda	Benfeitorias	Depreciações	Imparidades/ Valias Potenciais	2016
De uso próprio	5.382.163	-	-	-	-	(52.785)	-	5.329.378
De rendimento	170.673.655	(124.031.418)	(133.600)	-	512.212	-	-	47.020.849
	176.055.818	(124.031.418)	(133.600)	-	512.212	(52.785)	-	52.350.227

	2014	Aquisições	Alienações	Transferencia	Benfeitorias	Depreciações	Imparidades/ Valias Potenciais	2015
De uso próprio	5.339.944	-	-	-	-	(105.572)	147.791	5.382.163
De rendimento	599.477.897	-	(425.206.464)	(5.741.700)	-	-	2.143.922	170.673.655
	604.817.841	-	(425.206.464)	(5.741.700)	-	(105.572)	2.291.713	176.055.818

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados por peritos independentes.

Relativamente aos imóveis com obras em curso, é efetuada pela entidade gestora do parque imobiliário da Companhia uma análise com o objetivo de determinar se ocorreram alterações significativas nos pressupostos de avaliação.

As avaliações foram realizadas com utilização dos Métodos comparativo, rendimento e custo. Para as propriedades de investimento foram utilizados, preferencialmente, os métodos do rendimento e comparativo que permitem equilibrar uma lógica de mercado com base essencialmente em rendas potenciais e yields de mercado com uma lógica associada ao rendimento a ser atualmente gerado em cada ativo e o risco associado a uma potencial desocupação. As *cap rates* utilizadas em cada imóvel são *cap rates* de mercado para cada tipo de ativo ou zona refletindo o risco de mercado. As *discount rates* consideram essencialmente o nível de risco do inquilino/contrato de arrendamento e o desfaseamento face à renda de mercado.

Os custos suportados relativos a imóveis de rendimento ascenderam a 273 milhares de Euros, sendo o rendimento de rendas de 1.406 milhares de Euros (ver nota 12).

NOTA 30 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é analisado como segue:

	2016	2015
Equipamento		
Equipamento informático	4.412.588	4.403.578
Mobiliário e material	667.987	668.493
Instalações interiores	2.022.966	2.022.966
Máquinas e ferramentas	431.490	429.879
Material de transporte	44.769	44.769
Outros	261.723	271.002
	7.841.523	7.840.687
Depreciação acumulada	(7.492.929)	(7.475.123)
	348.594	365.564

Durante os exercícios de 2016 e 2015 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis é analisado como segue:

	<u>Equipamento</u>
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2015	612.757
Adições	37.511
Depreciações do exercício	(284.704)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2015	365.564
Adições	13.877
Alienação	(2.704)
Abate	(3.762)
Depreciações do exercício	(24.381)
Saldo líquido a 30 de Junho de 2015	348.594

NOTA 31 - OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é analisado como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Software	9.737.407	10.009.374
Amortizações acumuladas	(9.467.979)	(9.348.220)
	269.428	661.154

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis foi o seguinte:

Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2015	763.962
Adições	172.107
Amortizações do exercício	(274.915)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2015	661.154
Adições	82.300
Abates	(354.267)
Amortizações do exercício	(119.759)
Saldo líquido a 30 de Junho de 2016	269.428

NOTA 32 - PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO E RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas da seguinte forma:

	<u>2016</u>			<u>2015</u>		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prêmios não adquiridos	3.393.221	(11.815)	3.381.406	3.171.879	(13.978)	3.157.901
Provisão matemática do ramo vida (i)	1.327.703.413	(2.655.991)	1.325.047.422	1.295.973.902	(3.298.005)	1.292.675.897
Provisão para sinistros (ii)	28.400.050	(4.089.575)	24.310.475	31.205.415	(4.379.153)	26.826.262
Provisão para participação nos resultados (iii)	8.549.482	25.058	8.574.540	10.232.307	(5.033)	10.227.274
Provisão para compromissos de taxa	2.757.244	-	2.757.244	3.632.883	-	3.632.883
	1.370.803.410	(6.732.323)	1.364.071.087	1.344.216.386	(7.696.169)	1.336.520.217

(i) A provisão matemática do ramo vida é analisada como segue:

	2016			2015		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	23.597.686	(2.655.991)	20.941.695	24.711.288	(3.298.005)	21.413.283
Capitalização com participação nos resultados	1.304.105.726	-	1.304.105.726	1.271.262.866	-	1.271.262.866
	1.327.703.412	(2.655.991)	1.325.047.421	1.295.974.154	(3.298.005)	1.292.676.149
Custos de aquisição diferidos	1	-	1	(252)	-	(252)
	1.327.703.413	(2.655.991)	1.325.047.422	1.295.973.902	(3.298.005)	1.292.675.897

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, são classificados como contratos de investimento. Nessa base, em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 os contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos financeiros de taxa fixa são classificados e registados na rubrica passivos por contratos de investimentos (ver Nota 39).

(ii) A provisão para sinistros por ramo de negócio é analisada como segue:

	2016			2015		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	10.720.968	(4.089.575)	6.631.393	11.180.945	(4.379.153)	6.801.792
Capitalização com participação nos resultados	17.679.082	-	17.679.082	20.024.470	-	20.024.470
	28.400.050	(4.089.575)	24.310.475	31.205.415	(4.379.153)	26.826.262

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 575 milhares de euros (2015: 624 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 30 de Junho de 2016 e ainda não reportados (IBNR).

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite, são apresentados como segue:

Saldo a 1 de Janeiro 2015	30.208.831
Mais sinistros ocorridos	
Próprio ano	242.036.629
Anos anteriores	9.722.289
Menos montantes pagos	
Próprio ano	(230.375.127)
Anos anteriores	(20.387.207)
Saldo a 31 de Dezembro 2015	31.205.415
Mais sinistros ocorridos	
Próprio ano	96.535.435
Anos anteriores	5.965.516
Menos montantes pagos	
Próprio ano	(90.087.722)
Anos anteriores	(15.218.594)
Saldo a 30 de Junho 2016	28.400.050

(iii) A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

A movimentação na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite para os exercícios findos em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é analisada como segue:

Saldo a 1 de Janeiro 2015	19.845.006
Montantes pagos	(10.556.902)
Participação nos resultados atribuída	11.291.838
Participação nos resultados a atribuir	(10.347.635)
	<hr/>
Saldo a 31 de Dezembro 2015	10.232.307
Montantes pagos	(471.946)
Participação nos resultados atribuída	235.132
Participação nos resultados a atribuir	(1.446.011)
	<hr/>
Saldo a 30 de Junho 2016	8.549.482
	<hr/> <hr/>

A provisão para participação nos resultados deverá incluir o ajustamento relativo ao *shadow accounting*, o qual corresponde à estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expeável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas, no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 30 de Junho de 2016 o montante total do ajustamento relativo ao *shadow accounting* é de -2.008 milhares de euros, tendo sido -3.454 milhares de euros em 2015.

Em 31 de Dezembro de 2015, a provisão para compromissos de taxa é referente ao resultado obtido no teste de adequação de responsabilidades. Este teste foi efetuado com base nas melhores estimativas à data de balanço (ver Nota 2.16).

NOTA 33 - OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é analisado como segue:

	2016	2015
Contas a receber por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	894.197	2.688.530
Mediadores	140.060	10.961
	<hr/>	<hr/>
	1.034.257	2.699.491
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	57.500	318.888
	<hr/>	<hr/>
Contas a receber por outras operações		
Empresas relacionadas	1.701.108	1.768.790
Imposto a recuperar	17.132.005	17.132.005
Outros devedores	908.093	5.745.836
	<hr/>	<hr/>
	19.741.206	24.646.631
	<hr/>	<hr/>
	20.832.963	27.665.010
	<hr/>	<hr/>
Ajustamentos de recibos por cobrar	(107.256)	(60.531)
	<hr/>	<hr/>
	20.725.707	27.604.479
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Os saldos de devedores por operações de seguro direto, resseguro cedido e outras têm uma maturidade inferior a 3 meses com exceção das operações relativas a valores a receber da Administração Fiscal cuja maturidade é indefinida.

O montante de 16.234 milhares de euros registados na rubrica de "impostos a recuperar" diz respeito a valores pagos e impugnados judicialmente relativos à eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos em seguros e operações do ramo vida em que o risco de investimento é suportado

pelo tomador de seguro, também denominados “Unit linked”, por a Administração Tributária considerar que estes rendimentos não afetam a base tributável da seguradora.

Este montante encontra-se incluído na provisão para contingências fiscais cujo total é de 23.713 milhares de euros (ver nota 41). Destes, 18 milhões de euros dizem respeito a exercícios já inspecionados e para os quais a companhia apresentou impugnação judicial respeitando, essencialmente, a eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos em seguros e operações do ramo vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, também denominados “Unit linked”, por a Administração Tributária considerar que estes rendimentos não afetam a base tributável da seguradora. O restante diz respeito à eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos em carteiras tradicionais por a Autoridade Tributária considerar que a GNB Seguros Vida não apresentou declaração da entidade que distribuiu os lucros que prove que a mesma cumpre as condições estabelecidas no artigo a 2.º da Diretiva n.º 90/435/CEE, do Conselho, de 23 de Julho de 1990.

A variação dos ajustamentos de recibos por cobrar é analisada como segue:

Saldo a 1 de Janeiro de 2015	69.610
Dotações/(utilizações)	(9.079)
Saldo a 31 de Dezembro 2015	60.531
Dotações/(utilizações)	46.725
Saldo a 30 de Junho 2016	107.256

NOTA 34 - ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente dos primeiros seis meses do exercício de 2016 e do exercício de 2015 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, mais derrama municipal de 1,5% e mais derrama estadual cuja taxa poderá ir até 7%, consoante o lucro tributável.

As declarações de autoliquidação da Seguradora ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da GNB Seguros Vida que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos no balanço em 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos	
	2016	2015	2016	2015
Impostos sobre rendimentos	32.144.054	26.842.875	-	-
Outros impostos e taxas	61.533	8.318.012	2.203.670	1.988.193
Total	32.205.587	35.160.887	2.203.670	1.988.193

Os movimentos da rubrica “Ativos - impostos sobre o rendimento” são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de Janeiro de 2015	9.607.460
Compensação com passivo	(3.460.284)
Montantes registados nas reservas	21.669.777
Dotação do ano	(974.077)
Saldo a 31 de Dezembro 2015	26.842.876
Compensação com passivo	(36.996)
Pagamentos / Recebimentos	3.587.802
Dotação do ano	1.750.372
Saldo a 30 de Junho 2016	32.144.054

Os movimentos da rubrica “Passivos - impostos sobre o rendimento” são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de Janeiro de 2015	-
Compensação com ativo	3.460.284
Montantes registados nas reservas	(43.024.989)
Pagamentos efectuados	39.564.705
Saldo a 31 de Dezembro 2015	-
Compensação com ativo	36.996
Montantes registados nos resultados	(36.996)
Saldo a 30 de Junho 2016	-

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço nos primeiros seis meses do exercício de 2016 e no exercício de 2015 podem ser analisados da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Imóveis	-	-	(44.662)	(57.423)	(44.662)	(57.423)
Prejuízos fiscais	8.987.575	-	(1.773.164)	-	7.214.411	-
Pensões	668.097	926.225	-	-	668.097	926.225
Investimentos Financeiros	35.575.125	40.119.660	(194.659)	(2.644.853)	35.380.466	37.474.807
Outros	543.292	947.306	(215)	-	543.077	947.306
Imposto diferido ativo/(passivo)	45.774.089	41.993.191	(2.012.700)	(2.702.276)	43.761.389	39.290.915
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(2.012.485)	(2.701.873)	2.012.485	2.701.873	-	-
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	43.761.604	39.291.318	(215)	(403)	43.761.389	39.290.915

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos contabilísticos e os respetivos montantes para efeitos de tributação. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis e impostos diferidos passivos para as diferenças tributáveis. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada em Junho de 2016 foi de 21%.

A natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos desagregam-se como segue:

	2016	2015
Diferenças temporárias	36.546.978	39.290.915
Prejuízos fiscais	7.214.411	-
	43.761.389	39.290.915

A variação do imposto diferido foi reconhecida como segue:

	2016	2015
Reconhecido nos resultados	3.424.484	(1.536.894)
Reconhecido nas reservas de justo valor	661.136	31.800.369
Reconhecido nos resultados transitados	384.854	1.108.463
	4.470.474	31.371.938

O movimento do imposto diferido de balanço em 2016 e 2015 explica-se como segue:

	2016			2015		
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido nos resultados transitados	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido nos resultados transitados
Ativos financeiros	(4.699.938)	2.434.300	384.854	(558.273)	31.800.369	1.108.463
Pensões	(258.128)	-	-	116.614	-	-
Prejuízos fiscais	8.987.574	(1.773.164)	-	-	-	-
Ajustamentos de transição	12.761	-	-	-	-	-
Imóveis	(213.556)	-	-	-	-	-
Outros	(404.229)	-	-	(1.095.234)	-	-
	3.424.484	661.136	384.854	(1.536.893)	31.800.369	1.108.463

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2016 e 2015 explica-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto corrente	(36.996)	(32.290.809)
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(5.563.091)	(1.536.894)
Prejuízos reportáveis	8.987.575	-
	<u>3.424.484</u>	<u>(1.536.894)</u>
Total do imposto registado em resultados	<u>3.387.488</u>	<u>(33.827.703)</u>

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2016 e 2015 explica-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto corrente	-	18.126.841
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	661.136	31.800.369
Total do imposto registado em reservas	<u>661.136</u>	<u>49.927.210</u>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	%	<u>Valor</u>	%	<u>Valor</u>
Resultados antes de impostos		(52.061.138)		118.566.581
Taxa de imposto estatutária	21,0%		28,0%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		10.932.839		(33.198.643)
Provisões e outras diferenças permanentes		(500.833)		137.616
Diferenças temporárias		(45.935)		(502.868)
Reposição/(Anulação) IDA por Prejuízos Fiscais		-		-
Dividendos excluídos de tributação		2.390.915		415.936
Mais-valias não tributadas		(9.319.060)		-
Derrama		-		(706.754)
Tributações autónomas		(36.996)		(57.202)
Outros		(33.441)		84.212
		<u>3.387.489</u>		<u>(33.827.703)</u>

NOTA 35 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é analisado como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outros acréscimos de proveitos	206.919	164.049
Gastos diferidos	746.672	862.085
Total	<u>953.591</u>	<u>1.026.134</u>

A rubrica Outros acréscimos de proveitos corresponde a valores a receber da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., relativamente à prestação de serviços de gestão de carteira e contabilidade prestados pela GNB Seguros Vida.

Os custos diferidos correspondem ao diferimento de ofertas relacionadas com a comercialização de um produto.

NOTA 36 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

A movimentação desta rubrica em 30 de Junho de 2016 é analisado como segue:

	<u>2015</u>	<u>Alteração no perímetro de consolidação</u>	<u>Alienações</u>	<u>2016</u>
Ativos não correntes detidos para venda				
Terrenos e edifícios de rendimento	396.600	-	(133.600)	263.000
Partes de capital	32.371.711	(32.371.711)	-	-
	<u>32 768 311</u>	<u>(32 371 711)</u>	<u>(133 600)</u>	<u>263 000</u>

Os ativos e passivos não correntes detidos para venda são constituídos na sua totalidade por imóveis de rendimento em que foi decidida a sua venda no curto prazo como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PORTUGALE - CAPITAL	-	32.371.711
Alhos Vedros	46.300	46.300
Setúbal	75.000	75.000
Barreiro	-	133.600
Estrada de São Brás - Loulé	60.800	60.800
Rua Timor	80.900	80.900
	<u>263.000</u>	<u>32.768.311</u>

A Companhia tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda.

NOTA 37 - PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento são analisados como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contratos de taxa fixa	2.400.975.085	2.571.872.522
Contratos de seguros em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	1.229.741.638	1.383.064.864
Total	<u>3.630.716.723</u>	<u>3.954.937.386</u>

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

A movimentação no passivo relativa aos contratos de investimento com taxa fixa é analisada como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2015	2.839.188.222
Depósitos recebidos	219.973.496
Benefícios pagos	(458.517.238)
Reclassificações	(62.664.490)
Juro técnico do exercício	31.467.143
Custos de aquisição diferidos IAS39 (valor acumulado)	2.425.389
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	<u>2.571.872.522</u>
Depósitos recebidos	6.579.815
Benefícios pagos	(123.463.779)
Reclassificações	(98.788.734)
Juro técnico do exercício	44.016.118
Custos de aquisição diferidos IAS39 (valor acumulado)	759.143
Saldo a 30 de Junho de 2016	<u>2.400.975.085</u>

A movimentação no passivo relativo aos contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro é analisado como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2015	2.271.597.849
Depósitos recebidos	159.428.459
Benefícios pagos	(1.024.466.260)
Rendimento	(8.138.356)
Encargos gestão	(15.356.828)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	<u>1.383.064.864</u>
Depósitos recebidos	34.673.983
Benefícios pagos	(166.074.584)
Rendimento	(15.617.140)
Encargos gestão	(6.305.485)
Saldo a 30 de Junho de 2016	<u>1.229.741.638</u>

NOTA 38 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

As principais características dos passivos subordinados em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 são apresentadas como seguem:

		2016						
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	Juro decorrido	Valor de Balanço	Taxa de juro atual	Maturidade
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	24.200	45.024.200	1,936%	2022
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	40.450	45.040.450	3,236%	Perpétuas
Total			90.000.000	90.000.000	64.650	90.064.650		

		2015						
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	Juro decorrido	Valor de Balanço	Taxa de juro atual	Maturidade
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	25.838	45.025.838	2,067%	2022
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	42.087	45.042.087	3,367%	Perpétuas
Total			90.000.000	90.000.000	67.925	90.067.925		

Estes empréstimos vencem juros trimestralmente à taxa Euribor 3 meses + 2,2% e Euribor 3 meses + 3,5% respetivamente para a emissão com vencimento em 2022 e para as perpétuas.

Em 31 de Dezembro de 2015 a taxa de juro do cupão em causa era de 2,067% para as obrigações que vencem em 2022 e 3,367% para as perpétuas.

(*) A emissão ainda se encontra designada pela denominação social à data da emissão (Tranquilidade Vida)

A rubrica “Outros passivos financeiros - Outros” é representada da seguinte forma:

	2016	2015
Outros Passivos Financeiros - Outros		
Contratos de investimento	132.363.365	145.694.724
Derivados (nota 25)	4.935.152	3.773.525
Outros passivos financeiros	-	100.136.969
Total	137.298.517	249.605.218

A rubrica de “Contratos de investimento” respeita a passivos associados a contratos de investimento em que a responsabilidade é do tomador do seguro comercializados pela T-Vida, Companhia de Seguros, sendo os ativos financeiros afetos a estes produtos geridos pela GNB Seguros Vida. A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

	Unit Linked	Taxa Fixa	Total
Saldo em 1 de Janeiro 2015	41.409.170	128.691.813	170.100.983
Depósitos recebidos	808.702	7.206.379	8.015.081
Benefícios pagos	(5.404.654)	(29.716.834)	(35.121.488)
Rendimento/Juro técnico do exercício	(1.558.968)	4.259.116	2.700.148
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	35.254.250	110.440.474	145.694.724
Depósitos recebidos	80.588	370.843	451.431
Benefícios pagos	(2.188.537)	(13.328.175)	(15.516.712)
Rendimento/Juro técnico do exercício	(207.774)	1.941.695	1.733.921
Saldo a 30 de Junho de 2016	32.938.527	99.424.837	132.363.364

Os outros passivos financeiros referiam-se em 2015 a passivos decorrentes da consolidação de fundos de investimentos abertos onde a Companhia não detinha 100% dos interesses económicos, como segue:

2015	
Empresa emitente	Valor de Balanço
FUNGERE	95.457.851
NB - Global Enhancement	4.679.119
	100.136.970

NOTA 39 - OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é analisado como segue:

	2016	2015
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	93.794	725.582
Mediadores	8.123.069	17.342.995
	8.216.863	18.068.577
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	12.025.599	13.413.911
Contas a pagar por outras operações		
Fornecedores	11.467	842.429
Outros credores	1.768.719	4.937.723
	1.780.186	5.780.152
	22.022.648	37.262.640

A rubrica “Contas a pagar por operações de seguro direto – mediadores” corresponde a comissões a pagar pela comercialização dos produtos da GNB Seguros Vida ao Novo Banco, S.A., Novo Banco dos Açores, S.A., e Banco BEST, S.A.

Os saldos de “Outros credores por operações de seguro e outras operações” têm uma maturidade inferior a 3 meses. Em 2014 o saldo desta conta incluía 30 milhões de euros relativos a outros passivos dos fundos que a GNB Seguros Vida consolida, sendo na sua maioria relacionados com adiantamentos por conta de vendas de imóveis. Esta rubrica, em 2014, incluía igualmente montantes relativos a benefícios pós-emprego (ver nota 15).

NOTA 40 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica “Acréscimos e diferimentos” em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é analisada como segue:

	2016	2015
Rendimentos diferidos	88.975	88.975
Benefícios a empregados - curto prazo	1.313.407	289.921
Outros acréscimos de gastos	39.084.331	41.559.406
	40.486.713	41.938.302

A rubrica “Benefícios a empregados - curto prazo” inclui os montantes de 178 milhares de euros (2015: 290 milhares de euros) relativo a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício.

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” inclui 33.581 milhares de euros relativos a despesas a pagar resultantes do contrato de resseguro cedido decorrente da celebração do tratado de resseguro mediante o qual a GNB Seguros Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas a apólices em vigor com referência a 30 de Junho de 2013.

NOTA 41 - OUTRAS PROVISÕES

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é analisado como segue:

	<u>Outras Provisões</u>
Saldo a 1 de Janeiro de 2015	27.320.241
Dotações	2.154.738
Utilização	(1.723.493)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	27.751.486
Dotações	2.992.952
Utilização	(1.129.085)
Saldo a 30 de Junho de 2016	29.615.353

Em 2015, a rubrica de “Outras provisões” inclui o montante de 26.681 milhares de euros relativos a provisões para impostos (2015: 24.296 milhares de euros).

NOTA 42 - CAPITAL, PRÉMIOS, RESERVAS DE REAVALIAÇÃO E OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital

O capital social autorizado da GNB Companhia de Seguros de Vida, S.A. encontrava-se representado por 50.000.000 de ações, com um valor nominal de um euros cada, as quais encontram-se subscritas e realizadas na totalidade pelo acionista Novo Banco, S.A.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

A reserva por impostos diferidos refere-se às diferenças temporárias relativas à valorização das carteiras de investimentos sem participação nos resultados e não afetos. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros da Companhia e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada foi de 27%.

Outras reservas

Incluída na rubrica “Outras Reservas” temos a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Temos também a Reserva SORIE, líquida de imposto, onde estão contabilizados os ganhos e perdas atuariais relativos ao Plano de Pensões da Companhia, em conformidade com a IAS 19 e ainda as reserva livres. (ver nota 2)

Ao longo do exercício findo em 30 de Junho de 2016, a reserva de justo valor e outras reservas e resultados transitados podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	205.431.529	(60.174.669)	52.377.888	277.275.106
Transferências para reservas	-	-	-	(8.534.207)
Alterações de justo valor	(210.712.769)	57.062.906	-	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow/remensurações atuariais)	10.347.635	-	662.383	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	5.066.395	(3.111.763)	53.040.271	268.740.899
Transferências para reservas	-	-	-	98.009.557
Alterações de justo valor	(2.419.752)	661.136	-	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow/remensurações atuariais)	1.446.011	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2016	4.092.654	(2.450.627)	53.040.271	366.750.456

As reservas de reavaliação explicam-se, em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, como segue:

	2016	2015
Custos amortizados dos ativos financeiros disponíveis para venda	(4.090.143.568)	(4.186.781.436)
Imparidade acumulada reconhecida	224.068.804	156.749.211
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	(3.866.074.764)	(4.030.032.225)
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	3.872.175.818	4.038.553.030
Ganhos potenciais na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda	6.101.054	8.520.805
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	6.101.054	8.520.805
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(2.008.400)	(3.454.410)
Saldo em 31 de Dezembro	4.092.654	5.066.395

Interesses minoritários

Os interesses minoritários referem-se a passivos decorrentes da consolidação de fundos de investimentos fechado onde a Companhia não detém 100% dos interesses económicos, como segue:

2016	
Empresa emitente	Valor de Balanço
LUSITANO PROJECT FINANCE Nº 1 FTC	16.260.686

NOTA 43 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, o montante global dos ativos e passivos da GNB Seguros Vida que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2016				2015			
	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
Novo Banco, S.A.	418.061	10.189	6.590	569	289.498	80.199	9.764	1.086
Ativos financeiros	109.524	2.809	0	282	13.760	1.729	0	139
Comissões	23	7.280	6.590	-	10	16.083	9.764	-
Imóveis	204	-	-	281	197	-	-	478
Provisão Matemática	-	-	-	-	-	62.287	-	-
Depósitos	308.310	-	-	6	275.531	-	-	468
Prestação de serviços	-	100	-	-	-	100	-	-
Fundo de Pensões	-	122	-	-	-	82	-	-
Benefícios pós-emprego	-	122	-	-	-	82	-	-
GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	8	-	2.416	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	2.416	-	-	-	-	-
Imóveis	8	-	-	-	-	-	-	-
GNB - Sociedade Gestora de Patrimónios, SA	-	-	-	-	8	2.542	1.928	-
Comissões	-	-	-	-	8	2.542	1.928	-
Esaf - Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA	1	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	1	-	-	-	-	-	-	-
GNB SERV	-	-	(64)	-	-	-	97	-
Prestação de serviços	-	-	(64)	-	-	-	97	-
Moza Banco SA	-	-	-	23	-	-	-	1.357
Ativos financeiros	-	-	-	23	-	-	-	1.357
GNB Seguros	309	-	-	216	210	10	-	259
Imóveis	135	-	-	216	130	-	-	259
Seguros vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	175	-	-	-	80	10	-	-
Novo Banco dos Açores	15.453	115	62	54	31.203	205	20	344
Comissões	116	115	62	-	-	205	20	-
Depósitos	15.337	-	-	54	31.203	-	-	344
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	20.313	1.156	726	0	27.173	766	-	1
Ativos financeiros	0	428	-	-	99	256	-	-
Comissões	1	728	726	-	1	510	-	-
Depósitos	20.311	-	-	0	27.073	-	-	1
ESEGUR, S.A.	-	-	35	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	35	-	-	-	-	-
Novo Banco Espanha	7.363	-	-	3	12.416	-	53	269
Depósitos	7.363	-	-	3	12.416	-	-	9
Provisão para participação nos Resultados Seguros Vida	-	-	-	-	-	-	53	-
Seguros Vida	-	-	-	-	-	-	-	260
NOVO BANCO GESTION, SGIIC S.A. (ESPANHA)	74	-	-	-	79	-	-	-
Ativos financeiros	74	-	-	-	79	-	-	-
E.S. PENSIONES, S.G.F.P., SA	-	-	-	-	-	319	106	614
Provisão para participação nos Resultados Seguros Vida	-	-	-	-	-	-	106	-
Seguros Vida	-	-	-	-	-	319	-	614
ES VANGUARDA	-	-	2	-	-	-	2	-
Prestação de serviços	-	-	2	-	-	-	2	-
NOVOBANCO SERVICIOS CORPORATIVOS, S.L.	-	1	24	-	-	4	83	-
Depósitos	-	-	2	-	-	-	-	-
Provisão para participação nos Resultados Seguro Vida	-	1	22	-	-	-	7	-
Seguro Vida	-	-	-	-	-	4	76	-
BESI SUCURSAL ESPANHA	-	-	-	-	-	-	-	14
Seguros Vida	-	-	-	-	-	-	-	14
BESI	-	-	-	-	-	-	-	94
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	34
Depósitos	-	-	-	-	-	-	-	60
ESPIRITO SANTO INVST PLC	-	-	-	-	-	-	-	582
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	582
BES INVESTIMENTO BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	8
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	8
BES FINANCE LTD	235	-	-	6	264	-	-	-
Ativos financeiros	235	-	-	6	264	-	-	-
Total	461.816	11.582	9.791	870	360.851	84.127	12.052	4.628

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas associadas e relacionadas foram efetuadas a preços de mercado, idênticos aos preços praticados em transações semelhantes com outras entidades.

Para os efeitos da presente nota, entendemos que são relevantes, como elementos responsáveis pela gestão conforme enquadrado na IAS 24, os membros dos órgãos de administração.

As remunerações e outros benefícios dos membros dos órgãos de administração estão divulgadas no capítulo “Política de Remuneração” incluído no ponto 1.1 Estrutura e Práticas de Governo Societário do Relatório de Gestão.

Durante os exercícios de 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus acionistas.

NOTA 44 - GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

Em termos da gestão de riscos da atividade, é apresentada a seguinte informação da Companhia:

Compliance

Compete à Direção no âmbito do *Compliance*, garantir a prevenção e controlo de riscos de não conformidade com as leis, regulamentos, normas profissionais e deontológicas aplicáveis à atividade de seguros, realizando para tal um conjunto de tarefas:

- Estabelecimento de normas, políticas e procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos internos definidos pela Administração;
- Documentação das normas, políticas e procedimentos aprovados;
- Garantir a conformidade dos novos produtos com a legislação em vigor, bem como a transparência da divulgação dos documentos para o cliente, e das matérias de comunicação (através do Comité Novos Produtos e Atividades).
- Pesquisa e controlo periódicos de legislação aplicável às atividades da Companhia no que se refere a I e Controlo, nomeadamente legislação geral e legislação emanada pelos reguladores;
- Analisar os impactos decorrentes da legislação e propor as ações a desempenhar pelas Companhias, para que os requisitos definidos sejam transpostos para a Organização;
- Gerir um código de conduta dos colaboradores da Companhia, documentar o mesmo;
- Assegurar ações de formação aos colaboradores respeitantes a normas profissionais e deontológicas, normas internas e informação imediata às áreas das Companhias, em caso de alteração das disposições legislativas e regulamentares ou normas internas aplicáveis ao seu domínio;
- Identificação e Documentação dos riscos de não conformidade pelas regras estabelecidas; e
- Segurança Financeira: prevenção do branqueamento de capitais, luta contra o terrorismo financeiro e luta contra a fraude interna e externa.

Controlo Interno

Compete à Direção no âmbito do controlo interno, de forma resumida as seguintes tarefas:

- Identificação, com a Administração e com as Direções/ Unidades de negócio dos processos relevantes, atividades, controlos e riscos inerentes associados;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Documentar e gerir os manuais de controlo interno em vigor para as Companhias e acomodar as recomendações da Auditoria Interna e Gestão de Riscos na revisão do documento;
- Avaliação do desenho dos controlos e Identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço de controlos existentes ou a implementação de novos controlos; e
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, análise das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções.

Gestão de Risco

À Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*, no que se refere à função de risco, é garantida a sua independência para o exercício das suas funções, reportando hierarquicamente ao

Administrador Delegado, constituindo este um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na GNB Seguros Vida.

O desenvolvimento e a implementação da função de gestão de riscos visa assegurar um equilíbrio entre risco e retorno, e desta forma transmitir às partes que se relacionam com a Companhia (Clientes, Canais de Distribuição, Acionistas, Reguladores e outros agentes) uma perspetiva de exigência e confiança.

Em paralelo com a Direção de Gestão de Risco, foi implementado o Comité de Gestão de Risco, Controlo Interno, *Compliance* e Serviços Externos Essenciais (Comité de Risco, Controlo e *Compliance*), composto pelo Administrador Delegado e pelos Diretores de topo da organização (consoante o tema em discussão). Este comité deverá reunir-se de forma periódica. Encontrando-se alocadas a este comité as funções de promoção da política de risco, limites e orientações, bem como de contribuir para a edificação de uma cultura de risco forte, embebida em todos os processos da Companhia.

A política de riscos em vigor, encontra-se em processo de revisão à luz das medidas de transição em vigor, é transversal a toda a Companhia, e constam dela os princípios basilares, bem como as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de gestão de risco da GNB Seguros Vida.

Constituindo como principais objetivos da gestão de risco, os que se seguem:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adotando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-ativa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (incluindo indicadores de risco, bases de dados de perdas, *risk register* e testes de stress e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e avaliação de capital;
- Colaborar na definição das políticas de investimentos, subscrição, tarificação e resseguro;
- Promover a gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;
- Conformidade com a legislação em vigor para o setor, requisitos regulamentares, *standards* e código de conduta; e
- Reporte periódico, pelas diferentes Direções/ Unidades da estrutura organizativa, com o objetivo de garantir de que a Companhia efetua a gestão dos principais riscos que afetam o seu negócio.

A. Risco Estratégico

O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado. Na gestão deste tipo de risco a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus órgãos da administração, existindo uma comunicação regular a todos os colaboradores da Companhia desses objetivos. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas, e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital necessário à sua prossecução.

B. Risco de Seguro

O risco específico da atividade seguradora reflete no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros assim como o momento em que ocorrerão. Este risco pode ser decomposto em risco de longevidade, risco de mortalidade, risco de invalidez e risco de descontinuidade.

A Companhia gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de tarificação, de provisionamento e de resseguro.

A Direção Técnica é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e diretrizes definidas ao nível da Companhia, bem como envolver outros departamentos no que respeita às políticas de subscrição, *pricing*, provisionamento e resseguro dos produtos (Gestão de Riscos, Investimentos e *Marketing*).

B.1. - Desenho e Tarifação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

Em termos de viabilidade económica do contrato, à priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de *cash-flows* e à posteriori, a rentabilidade de cada produto ou de um grupo de produtos, é monitorizada anualmente aquando do cálculo do *Market Consistent Embedded Value*.

Os produtos antes do seu lançamento são analisados e discutidos no Comité de Produtos onde se encontram representadas todas as direções da empresa. Este comité tem por função analisar as vertentes técnicas e operacionais do produto a lançar formulando recomendações para o Administrador Delegado e posterior aprovação, ou não, em sede de Administração. Após aprovação do Comité de Produtos por parte da Administração com gestão corrente, o produto encontra-se aprovado para se iniciar a sua fase construção. Antes de iniciar a comercialização deverá ser submetido ao Comité de Novas Atividades e Produtos, representado pelas Direções de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*, Técnica, de Investimentos e a de *Marketing*.

Existem orientações e métricas definidas na Companhia que estabelecem as condições mínimas exigidas de rentabilidade para qualquer produto novo, assim como as análises de sensibilidade a efetuar. O cálculo do *Market Consistent Embedded Value*, assim como o cálculo do *Traditional Embedded value* é realizado uma vez por ano pela Companhia e revistos por consultores externos.

Risco específico de Seguros

Riscos biométricos

Os riscos biométricos incluem o risco de longevidade, de mortalidade e de invalidez.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade a qual poderá ter um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade usadas e do resseguro.

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas.

A sensibilidade da carteira aos riscos biométricos é analisada através de projeção realística de *cash-flows* – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e à anulação das apólices. A taxa de resgate e de anulações é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto das mesmas na carteira da Companhia. A sensibilidade da carteira a este risco é analisada através de projeção realística de *cash-flows* – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	<u>Tábua de mortalidade</u>	<u>Taxa Técnica</u>
<i>Planos de poupança reforma e produtos de capitalização</i>		
Até Dezembro de 1997	GKM 80	4%
De Janeiro de 1998 a Junho de 1999	GKM 80	3,25%
De 1 de Julho de 1999 a Fevereiro de 2003	GKM 80	2,25% e 3%
De 1 de Março de 2003 a Dezembro de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKM 80	Fixadas por ano civil (*)
<i>Seguros em caso de vida</i>		
<u>Rendas</u>		
Até Junho de 2002	TV 73/77	4%
De 1 de Julho de 2002 a Dezembro 2003	TV 73/77	3%
De 1 de Janeiro de 2004 a Setembro de 2006	GKF 95	3%
Após Setembro de 2006	GKF - 3 anos	2%
<u>Outros seguros</u>		
<i>Seguros em caso de morte</i>		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	0% a 2%
<i>Seguros mistos</i>		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3%

(*) Para o ano de 2016 a taxa técnica é de 1% para produtos com participação nos resultados e 1,15% para produtos sem participação no :

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os cash-flows futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados à taxa de juro sem risco.

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue:

	<u>Tábua de mortalidade</u>
Rendas	GRM 95
Poupança e outros contratos	30% GKM 80

B.2. - Subscrição

Existem normas escritas que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente tida em conta e as políticas de subscrição são definidas por segmento de negócio.

A Companhia dispõe de normas internas, devidamente aprovadas e divulgadas, referentes ao processo de subscrição e gestão de apólices, segmentando este processo em três grupos de produtos, os produtos financeiros, os produtos de risco associados aos produtos de crédito do distribuidor e os produtos de risco que não estão associados aos produtos de crédito (venda seca).

B.3. - Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuariais reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices e segrega ativos para representar estas provisões. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados para os ativos e passivos em exercícios futuros.

Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos.

De referir ainda que a GNB Seguros Vida efetua o *matching* de ativos e passivos, e calcula o LAT (*liability adequacy test*) que permite averiguar a adequação das provisões técnicas para os produtos IFRS4.

B.4. - Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Relativamente a este tipo de risco existem regras claras e formalizadas respeitantes aos procedimentos e controlos na gestão dos processos de sinistros.

A Companhia tem implementado um *workflow* de sinistros, a partir do qual pode monitorizar e identificar as tarefas realizadas, em curso e pendentes, bem como monitorizar o cumprimento dos prazos e os sinistros com resolução morosa.

B.5. - Resseguro

A Companhia celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco.

O principal objetivo do resseguro é mitigar grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados, bem como o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

Conforme referido nos relatórios anteriores, a GNB Seguros Vida realizou (durante o primeiro semestre de 2013) a operação de monetização sobre grande parte da sua carteira de produtos de Vida Risco. Essa operação resultou na transferência total dos riscos dessa carteira para a *Munich Reinsurance Company*, uma das maiores resseguradoras mundiais, mantendo, no entanto, a GNB Seguros Vida a gestão dos contratos e o relacionamento com os clientes.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida como segue:

Milhares de euros		
Tipo de resseguro		
Crédito Habitação	Excedente de pleno	75.000
Outros	Excedente de pleno	75.000

C. Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de ações.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela emissão de recomendações políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As recomendações emitidas devem ser aprovadas pela Administração com gestão corrente.

Existe uma política financeira aprovada pelo Conselho de Administração, que é revista anualmente. Esta política define limites, restrições, regras e procedimentos relativamente à gestão dos ativos da Companhia.

Ao nível do risco de mercado, a Companhia continua a desenvolver elementos para análise e mensuração deste risco, sendo que um dos elementos em desenvolvimento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada, com recurso à simulação estocástica, com um intervalo de confiança de 99,5% e um período de 1 ano (como é aconselhado pelas regras da Solvência II). Estão também em desenvolvimento e em fase de aperfeiçoamento, estudos de ALM que pretendem avaliar a adequação de ativos e passivos.

São também realizados exercícios de *back-testing* que consistem na comparação entre os valores previstos no modelo e os valores efetivos. Estes exercícios permitiram aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar as capacidades preditivas do mesmo.

C.1. - Risco de variação de preços de mercado de capitais, cambial, de taxa de juro, imobiliário e de spread

Risco de variação de preços no mercado de capitais:

Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Risco cambial

Os ativos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda funcional.

A Companhia procede de forma significativa à cobertura das exposições acima apresentadas de moedas não euro para euro através de instrumentos derivados como *Forwards* ou futuros cambiais.

A gestão do risco cambial está definida na política financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Risco de variação das taxas de juro:

As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes. As atividades de gestão do risco têm como objetivo a otimização da margem financeira, tendo em consideração os níveis das taxas de juro do mercado e a sua consistência com os objetivos estratégicos da Companhia.

A gestão do risco da taxa de juro está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo apurada regularmente e monitorizada pela Direção de Investimentos e pelo Comité Financeiro.

Risco de imobiliário:

A gestão do risco imobiliário está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. O investimento em terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários, ações de sociedades imobiliárias e em fundos de investimento imobiliário está limitado a 50%. Este limite é de 20% nos fundos PPR.

Risco de Spread:

Parte do risco dos ativos que é explicada pela volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Este risco está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Verificar maior detalhe em Risco de Crédito.

C.2. - Risco de uso de produtos derivados e similares

A gestão do risco de produtos derivados está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Na Política Financeira encontra-se identificado os objetivos e estratégias inerentes ao uso de produtos derivados e similares, bem como a necessidade de a Administração aprovar qualquer transação ou estratégia previamente à sua execução.

A Companhia tem utilizado produtos derivados e similares, e pretende continuar a fazê-lo, no respeito pelas regras existentes, e com o objetivo de forma temporária ou permanente cobrir riscos de investimento, de margem de solvência, ou algum tipo de responsabilidade e de gerir a carteira eficientemente permitindo uma exposição célere e adequada para uma classe de ativos ou de ativo subjacente.

C.3. - Risco ALM

Ver ponto C. Risco de Mercado.

D. Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, resseguro e em produtos derivados – swaps, forwards e opções (risco de contraparte). A gestão do risco de crédito está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de títulos e de produtos derivados que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco: Direção de Risco, de Investimentos, de Mercados e Instrumentos Financeiros, Técnica, Comité Financeiro e restantes gestores dos ativos financeiros. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

A Política Financeira é aprovada pelo Conselho de Administração, encontrando-se aprovados nesse documento os princípios orientadores de investimento. As exposições existentes são monitorizadas regularmente em Comitê Financeiro.

E. Risco de Concentração

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia. Este risco está intimamente relacionado com os outros riscos referenciados e suas combinações (mercado, crédito, liquidez).

A gestão deste risco relativamente aos ativos está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comitê Financeiro.

A sua mitigação para a Companhia consubstancia-se na referida Política, através da definição de limites de exposição por emitentes, por *rating* e por classe de ativos (*asset allocation*).

A nível dos passivos dado que os produtos que a Companhia comercializa se dirigirem, de uma forma geral, a todos os clientes da rede de distribuição da Companhia (Bancos do Grupo Novo Banco), esta acredita que a própria rede por si só, de uma forma natural, considerando o modo como se encontra distribuída pelo País, permite que se verifique uma distribuição que evita a concentração numa única fonte de risco (clientes ou regiões).

F. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *gap liquidity*, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

A maturidade dos ativos e passivos, a 30 de Junho de 2016 e a 31 de Dezembro de 2015, tem a seguinte composição:

	2016						Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	137.135.232	-	-	-	-	25.032.672	162.167.904
Ativos/passivos financeiros detidos para negociação	610.603	9.915.327	(471.808)	(1.224.218)	-	304	8.830.208
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	12.065.494	116.086.769	170.356.769	215.855.682	67.066.497	614.966.412	1.196.397.623
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	153.170.527	446.242.592	554.901.279	1.890.104.697	49.976.570	805.849.138	3.900.244.803
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	336.222.475	-	-	-	-	-	336.222.475
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	6.732.323	-	-	-	-	-	6.732.323
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	20.725.707	-	-	-	-	-	20.725.707
Total de Ativos	666.662.361	572.244.688	724.786.240	2.104.736.161	117.043.067	1.445.848.526	5.631.321.043
Provisões Técnicas	78.223.213	185.750.918	219.475.572	640.045.395	204.465.777	42.842.535	1.370.803.410
Passivos financeiros	481.703.741	232.880.479	2.014.943.373	688.378.707	199.848.069	12.962.354	3.630.716.723
Passivos subordinados	-	-	-	45.024.200	45.040.450	-	90.064.650
Outros passivos financeiros	137.298.515	-	-	-	-	-	137.298.515
Outros credores por operações de seguros e outras operações	22.022.648	-	-	-	-	-	22.022.648
Total de Passivos	719.248.117	418.631.397	2.234.418.945	1.373.448.302	449.354.296	55.804.889	5.250.905.946

	2015						Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	319.806.351	-	-	-	-	11.145.150	330.951.501
Ativos/passivos financeiros detidos para negociação	6.386.102	5.346.862	(384.927)	(1.399.117)	-	365	9.949.285
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	53.459.462	104.489.053	169.989.713	203.906.174	75.689.384	761.925.919	1.369.459.705
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	756.454.583	465.176.264	645.396.250	1.308.949.226	81.671.584	801.851.965	4.059.499.872
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	141.828.159	-	-	-	-	-	141.828.159
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.696.169	-	-	-	-	-	7.696.169
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	26.036.832	-	-	-	-	1.567.647	27.604.479
Total de Ativos	1.311.667.658	575.012.179	815.001.036	1.511.456.283	157.360.968	1.576.491.046	5.946.989.170
Provisões Técnicas	689.913.462	93.925.809	104.789.499	314.320.278	92.061.819	49.205.519	1.344.216.386
Passivos financeiros	872.007.251	46.935.234	987.654.776	545.448.302	4.311.769	1.498.580.054	3.954.937.386
Passivos subordinados	-	-	-	45.025.838	45.042.087	-	90.067.925
Outros passivos financeiros	249.605.218	-	-	-	-	-	249.605.218
Outros credores por operações de seguros e outras operações	37.262.640	-	-	-	-	-	37.262.640
Total de Passivos	1.848.788.571	140.861.043	1.092.444.275	904.794.418	141.415.675	1.547.785.573	5.676.089.555

G. Risco Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, implicações com o regulador, e por vezes conduzir mesmo a perdas financeiras. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, com a solidificação do sistema do sistema de controlo interno que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco, pensa ser possível controlar e monitorizar estes riscos potenciais.

A primeira responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos associados ao risco operacional está atribuída a cada responsável de Direção. Esta responsabilidade é apoiada pela Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*, através do desenvolvimento de controlos e orientações por meio de normativos, procedimentos, regras no sistema informático e reportes com o objetivo de abarcar as seguintes áreas:

- Segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transações e pagamentos;
- Reconciliação e monitorização de transações;
- *Compliance* com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de ação para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores;
- Implementação do código de conduta; e
- Processos de "assessment".

Este processo é acompanhado por missões periódicas levadas a cabo pela Direção de Auditoria Interna (função assegurada pelo Departamento de Auditoria Interna do GNB). Os resultados do seu trabalho são discutidos com os responsáveis de cada Direção e submetidos ao Comité de Gestão de Risco, onde estão presentes o Administrador Delegado e os responsáveis por cada Direção.

O Comité de Gestão de Risco, Controlo e *Compliance* implementado na Companhia, contribui para a mitigação deste risco funcionando como facilitador no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Informa-se que existe também na Companhia um Comité de Segurança cuja organização é da responsabilidade da Direção de Gestão de Risco. O objetivo definido para este Comité é o de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas, e é devidamente monitorizada.

Com o objetivo de mitigar o risco de *outsourcing*, foi implementado na Companhia o Comité de Prestação de Serviços Externos Essenciais que tem por objetivo assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades essenciais ao seu negócio.

H. Risco Reputacional

Este risco pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, e a gestão deste risco tem sido efetuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um código de conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação contratual e comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment”; e
- Desenvolvimento dos planos de continuidade de negócio, em que a perda de reputação é um dos cenários de emergência previstos.

Durante 2015 assistiu-se ao aumento deste risco na Companhia associado aos acontecimentos verificados em torno do seu anterior acionista (o BES), provocando quebras de produção durante o segundo semestre do ano e um ao aumento significativo do volume de resgates. Contudo, a situação financeira da Companhia e a sua posição no mercado permitiu à GNB Seguros Vida responder às exigências do desafio, mesmo tendo em conta o forte aumento verificado.

NOTA 45 – SOLVÊNCIA

O ano de 2016, foi o primeiro ano da entrada em vigor em pleno do novo regime de solvência (Solvência II). Neste contexto, ao abrigo da Circular nº1/2015, de 16 de Julho, entretanto complementada pela Norma 6/2015, de 17 de Dezembro, ambas relativas aos pedidos de aprovação para utilização de medidas relativas aos requisitos quantitativos no âmbito do regime Solvência II, a GNB Vida submeteu à apreciação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

(ASF) o Pedido de Aprovação para aplicação do regime transitório no respeitante às provisões técnicas e ajustamento de volatilidade, tendo em 30 de Junho de 2016, o regularizador autorizado a aplicação de medidas transitórias, pelo que a Companhia em 30 de Junho de 2016 apresenta uma Margem de Solvência de 113,9% face à margem exigível.